

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10 a 12 de agosto de 2019

ROBÔS AGILIZAM TAREFAS E ATÉ PREVEEM DECISÕES

Inteligência artificial já é realidade em tribunais e escritórios

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Victor faz em cinco segundos o que servidores do Supremo Tribunal Federal (STF) levariam trinta minutos para concluir. Não é que Victor seja uma pessoa muito mais produtiva. É que ele não é uma pessoa.

A iniciativa de inteligência artificial do Supremo, lançada no ano passado, é uma das ferramentas tecnológicas que agilizam procedimentos, trâmites e vão além no mundo do Direito. Embora boa parte dos processos ainda consista em pilhas de papel, o futuro já chegou. E não apenas aos tribunais, mas também aos escritórios de advocacia.

Empresas, chamadas de lawtechs, oferecem diversos serviços. "Foi mapeado por uma dessas empresas que o advogado usará a palavra 'descaso', a tendência é a indenização (determinada pelo juiz num processo) ser maior, só por conta de uma palavra na petição", conta o advogado capixaba Luiz Cláudio Allemand, que já integrou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Menos trabalho para funcionários ou maiores indenizações para clientes de específicos escritórios podem não parecer grandes avanços. Mas não se trata apenas disso.

Servidores e advogados, liberados de serviços repetitivos, que podem ser executados por robôs e outros sistemas, podem prestar um melhor atendimento. E mais rapidamente. Isso num país em que a lentidão do Judiciário, abarrotado de processos e burocracia, é a regra.

Os robôs aqui tratados não são como os do desenho animado "Os Jetsons", são programas de computador. E tampouco integram cená-



SHUTTERSTOCK

INICIATIVAS

► TJRN

O robô Poti é utilizado para execução fiscal e penhora de bens. Enquanto um servidor consegue executar no máximo 300 ordens de bloqueio ao mês, Poti leva 35 segundos para fazer o mesmo.

► TIPE

A robô Elis faz a triagem de processos de execução fiscal, que são 53% de todas as ações em trâmite em Pernambuco. Ela confere dados da Certidão de Dívida Ativa (CDA) e se o processo prescreveu. Enquanto a triagem manual de 70 mil processos leva em média um ano e meio, Elis analisa pouco mais de 80 mil em 15 dias.

► TJMG

O robô Radar ajuda magistrados a localizarem casos repetitivos e agrupá-los, procurando por palavras-chave. A ideia é que, quando alguém recorrer da decisão em primeira instância, modelos de recursos de casos similares já estejam pré-definidos.

► TJRO

O robô Sinapses, no ar desde fevereiro de 2018, faz uso de redes neurais. Ele possui um banco de dados de 44 mil despachos, sentenças e julgamentos, e seleciona decisões anteriores sobre o mesmo tema. Uma ferramenta chamada "gerador de texto" ajuda na elaboração de textos sugerindo palavras.

(Com informações do jornal O Estado de S. Paulo)

Inteligência artificial é aplicada por tribunais e por escritórios de advocacia no Brasil e no mundo

rio de ficção científica.

O CNJ até já criou um laboratório de inteligência artificial (IA) para cuidar do tema e incentivar a adoção dessas tecnologias pelos tribunais.

Na prática, a IA pode levantar estatísticas, aprender sozinho determinados procedimentos e sugerir soluções. No que se refere à produção e à sistematização de dados, além de realizar funções com mais agilidade, certamente o faz com mais precisão que humanos.

AMEAÇA

E pode soar como ameaça ou ao menos como alerta a quem se limita a tais funções. "Tem um escritório em São Paulo que tinha 3,8 mil advogados, isso tem uns quatro anos. Ele hoje faz a mesma coisa com 800, usando tecnologia. Podemos fazer acompanhamento de pro-

"O ser humano não vai ser reconhecido pelo conhecimento que adquiriu pelo tempo e sim pela pergunta correta que vai fazer"

LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND
ADVOGADO

cesso e pesquisa mais elaborada em período muito mais curto. O ser humano não vai ser reconhecido pelo conhecimento que adquiriu pelo tempo e sim pela pergunta correta que vai fazer", resume Allemand, ele próprio, advogado tributarista, um entusiasta dos novos meios.

"Eu uso sistema de predição, de busca, de avaliação de causas, de êxito, mas de forma incipiente", pontua.

Predição é o anúncio antecipado do que está para acontecer. É uma palavra comum quando o assunto é inteligência artificial aplicada ao Direito.

A ideia, para os advogados, é prever qual deve ser o posicionamento dos magistrados em determinados casos, o que permite calcular a chance de sucesso ou calibrar a estratégia. E isso se faz analisando as decisões já tomadas, que são publicadas em diários eletrônicos. São muitas, seria tarefa inglória para quem é de carne e osso.

Mas isso virou problema na França. Lá, foi criada uma lei para colocar na cadeia quem tornar públicas análises feitas a partir de decisões de juizes. Já nos Estados Unidos, por exemplo, a prática é permitida.

No Brasil, há quem faça alertas sobre uma possível

prevalência da tecnologia ante as capacidades humanas. "O olhar do juiz jamais deverá ser dispensado pela inteligência artificial. É nesses momentos de transformação, como o nosso, que devemos cobrar do juiz que ele saiba separar os processos e dar um trato humanizado, e não se ater a essa euforia da inteligência artificial", afirmou a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nancy Andrighi, em palestra em Vitória na última sexta-feira.

"Cada processo é diferente, ainda que repetitivo. A inteligência artificial no processo é perigosa porque pode desconsiderar fatos típicos daquele caso específico", avalia o advogado Aroldo Limonge. Mas ele também louva medidas como a digitalização dos processos e procedimentos. "Tem ajudado muito."

Samuel Meira Brasil Júnior

“Iniciativa vai deixar juiz cumprir sua função, julgar”

Corregedor-geral do TJES diz que, até o fim do ano, haverá o lançamento de uma ferramenta de **inteligência artificial** para o Judiciário capixaba

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Palavras como predição, machine learning e rede neural são pronunciadas com naturalidade pelo desembargador Samuel Meira Brasil Jr, corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

Com mestrado em Ciência da Computação, ele está à frente do CorE-IA (Centro da Corregedoria Estadual de Inteligência Artificial), criado, oficialmente, em maio. O objetivo é apresentar, até o final do ano, uma iniciativa em inteligência artificial a ser aplicada no Judiciário Estadual.

“O trabalho do juiz é julgar. Ele também tem entre as suas atribuições ser gestor da sua unidade judicial. Mas não podemos transformar um juiz, que é um profissional capacitado para julgar e que já tem um custo elevado para o Estado, num servidor que vai simplesmente gerir processos”, afirma o magistrado.

Ajudar os juizes a gerenciar procedimentos e o tempo de trabalho seria apenas uma das possibilidades tecnológicas.

Também integra a lista a identificação de casos repetitivos que podem ser julgados simultaneamente e muito mais.

Cite, por favor, um exemplo prático em que essa inteligência artificial poderia ser usada.

No tribunal de Minas há uma iniciativa de utilização de um programa para identificar todas as demandas repetitivas. Ainda que as petições feitas pelos advogados sejam diferentes, com uma redação dife-



rente, o programa identifica a causa de pedir e o pedido e consegue encontrar demandas repetitivas. Essas demandas são reunidas para que sejam julgadas simultaneamente.

Com isso, conseguimos segurança jurídica porque não se corre o risco de decisões conflitantes, e conseguimos agilidade porque não há necessidade de esperar meses e até anos para julgar demandas repetitivas.

Hoje a identificação de quais processos tratam da mesma coisa é “no olho”, manualmente, e puxando pela memória? Pode ter coisa que está ficando de fora.

Pode, perfeitamente. Até mesmo porque o ser humano é falho. Todos nós somos sujeitos a erro. Mesmo com a supervisão de um ser huma-

“

Não podemos transformar um juiz, um profissional capacitado para julgar e que já tem um custo elevado, num servidor que vai gerir processos”

no uma análise dessa pode escapar, que não seja enquadrado como sendo um caso repetitivo. A partir do momento que nós temos um algoritmo que faça essa verificação com um grau de aproximação nós vamos ter uma velocidade na identificação desses processos e com uma acurácia muito superior.

E existem algumas experiências no exterior de utilização de inteligência artificial preditiva. É uma linha que estamos trabalhando para desenvolver na corregedoria.

Como é isso?

A partir da identificação de alguns padrões é possível dizer que o resultado vai ocorrer novamente. Por exemplo: identificar a repetição de determinados crimes para verificar a possibilidade do reincidência no âmbito criminal. No exterior, já foi

feita uma experiência para gerar estatística.

Precisa saber se a pessoa é reincidente ou não para calibrar a pena.

Para calibrar a pena e até para uma eventual solução enquanto se aguarda o julgamento do processo principal.

Mas como que faz isso quando os processos ainda são físicos?

Por isso uma das prioridades tem que ser a utilização do processo eletrônico, que vai agilizar a prestação jurisdicional, facilitar o acesso das partes e dos advogados. O processo eletrônico não tem volta. Você tem que estimular e aprimorar o mais rápido possível (o Processo Judicial eletrônico está implantado em 99 unidades da Justiça Estadual).

Mas mesmo com o proces-

so físico existe um sistema que utiliza os dados alimentados pelos servidores. Esses dados alimentados podem ser usados para uma base para uma construção de algumas ferramentas de inteligência artificial.

Quando deve haver a implementação de alguma ferramenta de inteligência artificial no TJES?

Até o final do ano já vamos lançar nossa primeira experiência pela corregedoria.

Qual é o projeto?

Prefero esperar mais um pouco.

Como a tecnologia pode afetar os juizes?

O trabalho do juiz é julgar. Ele também tem entre as suas atribuições ser gestor da sua unidade judicial. Mas não podemos transformar um juiz, que é um profissional capacitado para julgar e que já tem um custo elevado para o Estado, num servidor que vai simplesmente gerir processos. Isso tem que ser uma atribuição da corregedoria que eu pretendo fazer, estou desenvolvendo uma iniciativa nessa linha, para deixar que o juiz cumpra sua função principal, que é julgar.

Uma inteligência pode gerar estatística e sugestões sobre como o juiz tem que manejar o trabalho.

Isso. Por exemplo, podemos ver que há um crescimento de processos conclusos para decisão ou um crescimento do prazo de audiência. Esse manejo inteligente do tempo pode auxiliar o juiz para decidir qual é a prioridade que ele vai dar.

TJES ALERTA CREDORES DE PRECATÓRIOS SOBRE GOLPE: JUSTIÇA NÃO COBRA TAXAS PARA EFETUAR O PAGAMENTO (Notícias)

Da Redação Do Jornal A Ilha

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** faz um alerta a todos os credores que estão na lista de precatórios para que fiquem atentos a possíveis golpes. Segundo a Assessoria de **Precatórios** do **TJES**, alguns beneficiários receberam ligações telefônicas fraudulentas de pessoas exigindo o pagamento de taxas e custas como condição para que os valores sejam liberados.

"Para o recebimento dos valores não é cobrada nenhuma taxa, nenhuma custa processual. O **TJES** libera o pagamento do precatório e o dinheiro é depositado direto na conta do credor pelo Banestes. Ou seja, não é preciso pagar nada", ressaltou o juiz assessor de **Precatórios**, Felipe Monteiro Morgado Horta

O magistrado reforçou ainda que os credores que tiverem qualquer dúvida podem buscar esclarecimentos com os advogados que os representam ou entrar em contato com a Assessoria de **Precatórios** no **TJES** pelo e-mail: precatórios@tjes.jus.br ou pelo telefone: 3334-2711. Outra orientação do juiz é identificar o número do telefone de onde partiu a tentativa de golpe e fazer um boletim de ocorrência na Polícia.

De acordo com o Código Penal, o golpe das ligações telefônicas está configurado como crime de estelionato, no artigo 171: "Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento".

"A pena para esse tipo de delito é de um a cinco anos de reclusão. Mas quando cometido contra idosos, ela dobra, ou seja, passa para 2 a 10 anos de reclusão", finalizou o juiz Felipe. Por isso é importante denunciar o fato para a Polícia poder investigar.

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do
TJES

Texto: Tais Valle

Site: <http://jornailha.com.br/2019/08/12/tjes-alerta-credores-de-precatórios-sobre-golpe-justica-nao-cobra-taxas-para-efetuar-o-pagamento.html>

Vila Velha terá de melhorar posto

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) determinou que a Prefeitura de Vila Velha faça melhorias na Unidade de Saúde de Jardim Colorado.

O município terá de investir em macas adequadas, além de cumprir medidas básicas de higiene na unidade.

Sem foto

O Tribunal de Justiça deferiu um pedido de liminar e suspendeu a lei 10.998/19, que obrigava as concessionárias de energia elétrica a inserir na fatura a fotografia do equipamento de aferição no momento da leitura de con-

Estado cria observatório para monitorar crimes

LEONEL XIMENES

Publicado em 10/08/2019 às 07h22

Aline Nunes - interina

O monitoramento dos indicadores de criminalidade no Estado agora pode ser feito por meio de nova ferramenta: o Observatório de Segurança, que já tem os primeiros produtos disponíveis no site do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Indicadores

Dados e informações de instituições da segurança, justiça criminal e áreas afins começam a ser disponibilizados em formato dinâmico e intuitivo. É na verdade um grande repositório que reúne painéis de indicadores, bases estatísticas, estudos, boletins, atlas e mapas.

Na fila

Um painel com o perfil dos homicídios no Estado é a próxima publicação a ser disponibilizada. O observatório é uma estratégia que visa dar mais transparência aos dados de segurança e que havia sido prometido em fevereiro, quando foi restabelecido o programa Estado Presente.

Garantia do direito

Após a coluna alertar para o risco de 4 mil usuários dos ônibus de Vitória perderem o direito à gratuidade com a implantação do bilhete único, o deputado estadual Lorenzo Pasolini apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional na Assembleia a fim de evitar o corte do benefício.

Vale para o Transcol

Pela PEC, o passe livre para pessoas com doenças crônicas e HIV/Aids poderá ser usufruído no sistema de transporte intermunicipal de passageiros do Estado, ampliando o benefício que hoje é restrito à Capital.

Sem foto

O Tribunal de Justiça deferiu um pedido de liminar e suspendeu a lei 10.998/19, que obrigava as

concessionárias de energia elétrica a inserir na fatura a fotografia do equipamento de aferição no momento da leitura de consumo. A medida foi considerada inconstitucional porque não é atribuição do Legislativo Estadual atuar nessa área.

Perguntar não ofende

Internauta anda inquieto com as novidades anunciadas na semana e lançou uma enquete nas redes sociais: "o que acontece primeiro? 1) o homem chegar a Marte; 2) a duplicação da BR 262; ou 3) a pista tripla com ciclovia na Terceira Ponte." Lancem suas apostas!

Barulho

Leitor da coluna e morador de Bento Ferreira deve passar hoje mais uma noite sem dormir. Ele diz que, toda vez que tem show na área verde do Álvares Cabral, o barulho que extrapola os limites do clube perturba toda a vizinhança.

Mais fiscalização

No último final de semana, lembra o leitor, estava com o apartamento todo fechado e mesmo assim o som atrapalhava. Precisou dormir de fone de ouvido, mas ainda acordou com o fogueirão do encerramento. Ele não é contra eventos, mas espera que haja tratamento acústico, limite de horário e mais fiscalização.

Hacker de Viana

Enquanto estavam todos ligados nos hackers de telefones de autoridades da esfera nacional, ao que tudo indica o município de Viana tentava administrar problema similar.

Serviços suspensos

Há cerca de 20 dias, o sistema da prefeitura apresentou problemas e na cidade não se fala em outra coisa: um hacker invadiu os programas, a ponto de comprometer realização de serviços na área da saúde. Na segunda, garantem servidores, tudo voltará ao normal.

As amarelinhas

A ASSOCIAÇÃO dos Magistrados do Espírito Santo (Amages) e a Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo (Esmages) promovem o Congresso de Magistrados Capixabas, nos dias 29 e 30 deste mês. O evento abordará assuntos como Justiça Criminal, fake news, Direito Sucessório, Direito Ambiental, Direito de Família e Inteligência Artificial.

Defesa Infantil

HÉLIO DOREA

Daniel Peçanha que é presidente da **Associação dos Magistrados do Espírito Santo**, bem como o deputado Lorenzo Pazolini, Renan Salles que é o corregedor geral da Ordem dos Advogados (ES) e Raphael Câmara foram figuras em destaque na apresentação do aplicativo "Infância Segura", que aconteceu em nossa Assembleia Legislativa. Esta ferramenta é para atuar facilitando as denúncias contra o abuso sexual infantil.

Site: folhavoria.com.br/social/helio-dorea/2019/08/10

VIDA ATRÁS DAS GRADES

Estado tem mais de 1.300 mulheres presas

Crimes mais praticados são tráfico, roubo e assassinato. Para amenizar a solidão e a distância da família, elas estudam e trabalham

Leone Oliveira

Longe dos cinco filhos – quatro meninas, de 19, 16, 15 e 13 anos, e um menino, de 11 anos –, Cristiane Michelle Acipreste dos Santos, de 38 anos, divide seus dias entre a saudade de casa e as reflexões sobre os erros que cometeu.

Ela conta que lembra todos os dias de seu principal erro: o envolvimento com o tráfico de drogas, que a levou à prisão. Cristiane é uma das mais de 1.300 mulheres presas hoje nas quatro cadeias femininas do Estado.

Segundo a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), até o final de julho deste ano, 23.822 presos cumpriam pena ou aguardavam julgamento nos presídios. Desse total, 1.336 são mulheres e 22.486, homens.

Parte das internas está no Centro Prisional Feminino de Cariacica (CPFC). Entre os muros amarelos e brancos da penitenciária, localizada no bairro Bubu, 543 mulheres buscam recomeçar a vida. Elas entendem que o primeiro passo para isso é reconhecer os erros, para não repeti-los.

“Não vou falar que sou inocente, porque, se você se alimenta com o dinheiro do tráfico, você acaba tendo participação. Você pode não vender a droga, mas o dinheiro que você usa também é um dinheiro sujo. Então, acaba participando. O juiz entendeu dessa forma e me sentenciou a 12 anos de prisão. Faz dois anos que estou aqui dentro”, disse Cristiane.

O segundo passo, de acordo com a diretora do CPFC, Graciele Songhetti Fraga, é aproveitar as oportunidades oferecidas no presídio.

A diretora informou que, na unidade, as internas podem trabalhar no almoxarifado, na cozinha, na horta e em uma fábrica de sapatos infantis que funciona dentro do centro. Quem está no regime semiaberto ainda pode trabalhar fora da unidade. Outra possibilidade é retomar os estudos. Segundo Graciele, 90% das internas participam dos projetos.

“A gente acaba utilizando as oportunidades de trabalho e estudo para que elas usem o momento de privação para sair daqui de uma maneira diferente, com outras opções. Se a mulher chegou aqui sem qualificação profissional, ela tem a oportunidade de trabalhar e estudar. O tempo aqui não será perdido.”



CRISTIANE lê a Bíblia dentro da cela. Ela foi presa junto com o irmão, por tráfico de drogas, há dois anos

FOTOS: THIAGO OLIVEIRA/TJES

OS NÚMEROS

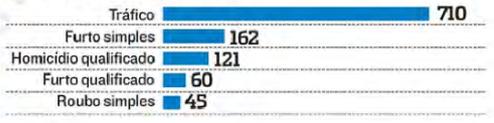
23.822
pessoas estão presas nas cadeias capixabas atualmente, segundo a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus).

DESSA TOTAL:
22.486 são homens
1.336 são mulheres

Comparação com anos anteriores:
2017 - 1.072 mulheres
2018* - 1.201 mulheres
*Dados até dezembro

Presídios
Atualmente, há quatro unidades prisionais no Estado destinadas às detentas: em Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus.

Os cinco motivos mais frequentes de prisão de mulheres no Espírito Santo



Perfil
> A MAIORIA TEM entre 25 e 35 anos e não cursou o ensino médio. Há muitas que não concluíram nem o ensino fundamental.
> A ENTRADA NO CRIME se dá, geralmente, por serem pessoas sem formação profissional que enxergam no tráfico a oportunidade de conseguir dinheiro para sustentar filhos ou que querem demonstrar poder integrando o tráfico.

Maternidade
> GRANDE PARTE das mulheres presas no Estado é mãe. Algumas delas deram à luz seus filhos na cadeia.
> SEGUNDO DADOS, do Conselho Nacional de Justiça, no Estado, há 13 presas gestantes e seis em período de amamentação de seus filhos.

DETENTA “O dinheiro do tráfico vem da lágrima das pessoas”

O cabelo longo, preto e bem cuidado fica preso em um rabo de cavalo. O sorriso no rosto de Cristiane Michelle Acipreste dos Santos, de 38 anos, ao ser apresentada à reportagem contrasta com a dor de não tem podido acompanhar o nascimento dos dois netos, o que vai se repetir com o terceiro, que está para chegar.

Ela está presa há dois anos por tráfico de drogas e tem cinco filhos – em todos os casos, engravidou do ex-marido nas visitas íntimas, quando ele estava preso por roubo a banco.

“Está muito difícil ficar sem os meus filhos”, revelou.

A TRIBUNA – Como você acabou presa?

CRISTIANE – Meu processo é de 2010, mas fui presa em 2017. É por tráfico de drogas. Fui presa com meu irmão. Tomei sete anos de prisão pelo tráfico e cinco anos pela associação ao tráfico.

Meu irmão escondeu droga dentro de casa. Mas, querendo ou não, usei o dinheiro do tráfico. Não vendia, mas me alimentava e me vestia com aquele dinheiro. Então acabei participando.

> O que já refletiu sobre esse seu envolvimento?

O dinheiro do tráfico é um dinheiro fácil, mas é muito amaldiçoado. No Dia das Crianças, meu irmão me dava um dinheiro e meu filho comprava um brinquedo caro. Às vezes, o filho daquele viciado estava chorando porque não tinha R\$ 1, já que o pai gastou todo o dinheiro. É um dinheiro que vem das lágrimas e da tristeza das pessoas.

> Como tem sido ficar longe dos seus filhos e netos?

Está muito difícil ficar sem os meus filhos. Porque filhos precisam das mães.

Mas eu agradeço a Deus pela oportunidade, porque eu não tinha uma estrutura de vida. Eu não estava sendo uma mãe exemplo para os meus filhos. Eles estavam crescendo e caindo no mundo errado e eu não estava percebendo isso.



DETENTAS estudam no presídio

Majoria está presa por tráfico

O tráfico de drogas é o principal motivo para prisão das mulheres no Espírito Santo. É o que demonstra levantamento da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus).

De acordo com os dados enviados pela secretaria à reportagem, 710 das 1.336 presas respondem a processos por tráfico.

O segundo crime que mais resulta na prisão de mulheres no Estado é o furto simples, com 162 de-

tas. Em terceiro lugar, está o homicídio qualificado, com 121 mulheres presas.

A diretora do Centro Prisional Feminino de Cariacica (CPFC), Graciele Songhetti Fraga, informou que 60% das internas da unidade foram presas por causa do tráfico.

“A maioria delas nunca teve um trabalho e se envolveu com o tráfico de drogas por ver nele uma pos-

sibilidade de ascensão econômica. Muitas delas não têm qualificação profissional. A maioria não tem o ensino médio completo e muitas também chegam com o ensino fundamental incompleto.”

Segundo a diretora, no presídio, a maior parte das internas tem entre 25 a 35 anos e 254 estão presas provisoriamente, ou seja, ainda aguardam pelo julgamento de seus processos.



FOTOS: THIAGO COUTINHO/AT

CASSIELY segura os sapatinhos do filho, de apenas 11 meses, que são lembrança do menino. Ele foi entregue aos avós na última semana e ficará sob os cuidados deles até a mãe cumprir sua pena



NO PRESÍDIO

Trabalho para reduzir pena
Jully Brenda da Silva Ribeiro, de 23 anos, foi sentenciada a 14 anos de prisão, após ser flagrada, com uma escuta telefônica, informando a traficantes sobre a presença da polícia no bairro. "Com quatro meses aqui, tive a oportunidade de ir trabalhar no almoxarifado. Com o trabalho, eu consigo abater dias da minha pena", disse.



Mães sofrem com a distância dos filhos

A diretora do Centro Prisional Feminino de Cariacica (CPFC), Graciele Sonegheti Fraga, destacou que o peso de estar separada dos filhos é maior para as mulheres presas. "Os filhos vêm para visitar, pegam na mão delas e dizem: 'Mãe, vamos para casa'. Elas sofrem muito por não poderem ir com esses filhos. Muitas recebem notícias de falecimento dos filhos aqui."

VIDA ATRÁS DAS GRADES

Bebês são cuidados no presídio

Tem dois dias que ele foi embora e a saudade está demais. Estou pedindo muito a Deus para que logo, logo eu me encontre com ele". As palavras de lamento misturado a esperança são de Cassiely Lírio Camilo, de 25 anos.

Ela é mãe de um menino, de 11 meses, e teve que se separar dele na última segunda-feira, quando o bebê ser entregue aos cuidados do pai e da madrastra da interna.

Em média, os bebês das presas deixam os presídios para serem cuidados por um familiar ou em um abrigo quando completam seis meses de vida.

Mãe de primeira viagem, Cassiely foi presa por tráfico de drogas há pouco mais de um ano, quando estava grávida de oito meses. Os

últimos dias de gestação foram no Centro Prisional Feminino de Cariacica (CPFC).

"O lugar não é o que escolhi para meu filho crescer até os 11 meses, como ele ficou aqui, mas me ensinou bastante. Aqui aprendi a ser mãe", revelou.

Na unidade, as presas gestantes ficam em uma mesma cela e, quando dão à luz, vão para o alojamento materno-infantil.

“Quero dar a ele um futuro que não é esse. O meu projeto é que ele seja médico, mas ele é que vai escolher”

Cassiely Lírio Camilo, detenta

Atualmente, o CPFC está com duas internas lactantes (amamentando) e sete gestantes, segundo a diretora da unidade, Graciele Sonegheti Fraga.

O espaço está em reforma e as próprias internas ajudam na pintura das paredes. O ambiente colorido e com desenhos é para suavizar o ambiente do presídio. "A criança não tem culpa do erro da mãe", frisou a diretora.

No local, Cassiely sonha com um futuro melhor para o filho, longe do crime. "Quero dar a ele um futuro que não é esse. O meu projeto é que ele seja médico, mas ele é que vai escolher, desde que seja honesto".

O marido dela também está preso e ela relata que, diferente do que acontece no presídio masculino, onde há filas para visitar os deten-

tos, no presídio feminino, a maioria das presas convive com a solidão e o abandono da família e dos companheiros. "Por isso, temos que ocupar a mente".

ENSAIO

Quatro mães do CPFC ganharam um ensaio fotográfico com seus bebês para terem a chance de guardar o registros deles ainda pequenos.

O projeto "Da gestação para a vida" foi idealizado pela diretora da unidade, e as fotos foram feitas pela fotógrafa Luana Andrioli, com cenários de Karla Nogueira.

"Só via amor, o tempo todo. São mulheres que estão passando por uma situação muito difícil e contribuir, com algo especial assim, levando alegria a elas, foi muito gratificante", disse Luana.

“Lei não é obedecida fielmente”

No final do ano passado, o então presidente Michel Temer sancionou uma lei que dá direito a presas provisórias gestantes ou lactantes de aguardarem o desenrolar do processo em prisão domiciliar.

Entretanto, o coordenador do Núcleo de Presas Provisórias da Defensoria Pública do Estado, Roschester Araújo, destacou que isso não tem sido seguido pela Justiça e que mais de 50 capixabas que deveriam estar em prisão domiciliar permanecem nas penitenciárias.

"A lei não está sendo obedecida fielmente, porque há mulheres grávidas ou com filhos pequenos, amamentando, que continuam presas".

A lei também alcança as presas provisórias que têm filhos de até 12 anos ou com deficiência. Ela foi criada depois que a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu conceder prisão domiciliar

a detentas grávidas ou mães de crianças de até 12 anos, em 2018.

Em fevereiro do ano passado, antes da aprovação da lei, a Defensoria Pública do Estado deu entrada em um pedido de habeas corpus coletivo para 193 mães que estavam pre-



ROCHESTER: prisão domiciliar

sas, baseada na decisão do STF. O pedido, porém, foi negado pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJES).

"Impetramos, então, 193 habeas corpus individuais. No último levantamento, em maio deste ano, 53 ainda estavam presas", informou Araújo, destacando que a defensoria monitora a entrada de mulheres no sistema para aplicar a legislação.

JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça do Estado disse, em nota, que o juiz examina todos os elementos constantes no processo, pois não se trata de benefício automático. "A presa deve comprovar que cuidava e tinha a guarda do menor".

Em alguns casos, a mãe deixou os filhos com parentes ou terceiros e, dessa forma, não teria o benefício. "Além disso, nos crimes violentos, os juízes são bem criteriosos".

ANÁLISE

“Pode gerar percepção de abandono”

"A relação de afeto e a sensação de pertencimento são estabelecidas a partir do cuidado ofertado, principalmente, até os 2 anos de vida. Por isso, trocas constantes de cuidadores, por exemplo, não são indicadas.

Crescer sem uma figura constante e de segurança, como é o caso dos filhos que são separados das mães que estão nos presídios, pode gerar percepção de abandono com sensação constante de insegurança e isso tem influência direta na forma como as pessoas se vinculam com as outras.

Isso tende a influenciar negativamente a criança em suas relações interpessoais, gerando instabilidade nessas relações ou mesmo transtornos psiquiátricos, como

transtornos de ansiedade. Acredito que seja essencial falarmos do transtorno de apego reativo, que seria a condição psiquiátrica em que a criança apresenta, essencialmente, um vínculo muito grosseiro com adultos, ou ausência dele, como se fosse indiferente ao cuidador e até mesmo ao cuidado.

Quando se percebe numa situação de estresse, aflição, ela não busca um adulto como referência. Uma característica que pode ser observada é a redução ou até mesmo a ausência de expressão de emoções positivas pela criança.

A negligência social persistente acaba sendo um fator de risco também para a perpetuação dessa condição."

Fernanda Mappa, psiquiatra especialista em infância e adolescência



TJES NEGA RECURSO DE VEREADORA ACUSADA DE RACHID EM LINHARES



Por Gazeta Online

Linhares – A Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo negou, nesta terça-feira (6), o recurso apresentado pela defesa

da vereadora afastada, Rosa Ivana Euzébio dos Santos (PSDC), mais conhecida como Rosinha Guerreira, para que a parlamentar reassumisse o cargo na Câmara de Linhares, no Norte do Estado.

Rosinha Guerreira é acusada de prática de rachid, que é quando um político com mandato exige para si parte do pagamento de servidores como condição para a obtenção ou manutenção

do trabalho. Ela chegou a ser presa preventivamente em fevereiro de 2018, mas foi solta após uma decisão da Justiça.

A vereadora está afastada desde o dia 9 de maio deste ano, após a revoga-

ção da liminar que a mantinha no cargo. Na decisão, o desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos entendeu que o pedido de suspensão do afastamento da vereadora não poderia sequer ser admitido, porque a defesa não cumpriu uma das determinações legais para interposição deste tipo de recurso.

Diante da negativa, a defesa entrou com um novo recurso no TJES solicitando o retorno da vereadora ao cargo. O pedido entrou na pauta de julgamento desta terça na Terceira Câmara Cível e foi negado.

Ao Gazeta Online, o advogado Hélio Maldonado, que defende a parlamentar, disse que não acompanhou o julgamento e ainda não tinha ciência da decisão. Entretanto, ele confirmou o objetivo do recurso e disse que o pedido questiona a legalidade da medida. "O afastamento dela é previsto com a finalidade de proteção da instrução do processo, mas o juiz que já tinha afastado, revogou a decisão de afastamento. O nosso questionamento é se a tutela de evidência poderia afastá-la do cargo político", disse.

VEREADORA VOLTA A RECEBER SALÁRIO INTEGRAL

— A vereadora Rosa Ivana Euzébio dos Santos conseguiu o direito de receber o salário integral no valor de R\$ 6.192,00 mesmo durante o seu período de afastamento. Em decisão, proferida no dia 8 de maio, o desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos havia determinado o desconto mensal de 30% do salário. O valor deveria ser depositado em conta judicial, a título de garantia de ressarcimento aos cofres públicos. Entretanto, essa decisão foi derrubada após recurso. No Portal da Transparência da Câmara Municipal de Linhares, consta o pagamento total do salário da vereadora nos meses de maio e junho deste ano.

No lugar de Rosinha atualmente está a suplente Pâmela Gonçalves Maia (PSDC). Ela assumiu a vaga após o último afastamento de Guerreira, no dia 9 de maio deste ano. Pâmela também ficou no cargo durante o primeiro afastamento da vereadora, no período de 12 de março de 2018 até 18 de janeiro de 2019.

Câmara cassa vereadora em Linhares

TAG: VEREADORA, MANDATO CASSADO, CRIME DE RACHID, LINHARES, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, OPERAÇÃO SALÁRIO AMIGO, MINISTÉRIO PÚBLICO, CÂMARA DE VEREADORES,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/10/TVRECORDNEW>

SES-18.23.23-18.25.21-1565456002.mp4

Vereadora de Linhares acusada de rachid tem o mandato cassado

Após um longo processo, a vereadora Rosa Ivania Euzebio dos Santos, mais conhecida como Rosinha Guerreira (PSDC), teve o mandato cassado durante uma sessão extraordinária realizada nesta quinta-feira (8), na Câmara Municipal de Linhares, no Norte do Espírito Santo. Por unanimidade, com 12 votos a favor, os vereadores julgaram procedentes as denúncias contra a parlamentar. A vereadora pode recorrer da decisão. Rosinha é acusada de prática de "rachid", que é quando um político com mandato exige para si parte do pagamento de servidores como condição para a obtenção ou manutenção do trabalho. Ela foi presa preventivamente em fevereiro de 2018, mas foi solta após uma decisão da Justiça.

A sessão começou por volta das 16h10. No plenário estavam todos os vereadores, incluindo três suplentes que votaram no lugar dos parlamentares responsáveis pela denúncia: Ricardo Bonomo, Tobias Cometti e Gelson Suave. A vereadora não compareceu à sessão nem foi representada por nenhum advogado. Durante mais de 40 minutos, o procurador da Câmara Municipal de Linhares, Marco Pessoa, fez a leitura de todo o processo, desde a denúncia até o parecer da Comissão Processante.

O processo conta com mais de 400 páginas e detalha como ocorria a prática de rachid dentro do gabinete da vereadora denunciada. Segundo depoimentos incluídos no processo, alguns assessores confirmaram a prática de repassar parte do salário para a vereadora.

TENTATIVA DE ADIAMENTO

A defesa da vereadora Rosinha Guerreira, tentou, por duas vezes, adiar o julgamento do processo. No primeiro pedido, o advogado de defesa, Hélio Maldonado, alegou que estava com viagem marcada para esta quinta-feira (8) e, por isso, não teria ninguém para representar a parlamentar no julgamento. O pedido foi indeferido pela Comissão Processante.

Já minutos antes do início da sessão, o advogado Hélio Maldonado, renunciou à defesa de Rosinha Guerreira e, por isso, a vereadora solicitou o adiamento da sessão. Entretanto, o pedido foi negado por falta de documentos que comprovassem a renúncia.

JULGAMENTO

Por unanimidade, os 12 vereadores que votaram nessa sessão, decidiram pela procedência das denúncias e pelo afastamento definitivo da vereadora Rosa Ivania. Rosinha foi julgada por três crimes, sendo: Utiliza-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa ; Proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com decoro na sua conduta pública e também por a percepção, a qualquer título, em proveito próprio ou de terceiros, de vantagens indevidas .

Em seu parecer, o relator da Comissão Processante, vereador Carlos Almeida, apontou: Após me reunir com a comissão formada com os colegas vereadores, passei a relatar o processo com paciência, examinando minuciosamente todos os pontos e contrapontos, e decidi de acordo com a lei e com a consciência tranquila de que fiz a coisa certa. Frente a tudo isso, encaminhei o parecer favorável à cassação da colega vereadora Rosa Ivania, submetendo os autos ao plenário desta casa, que é soberano, e através do voto de cada vereador, será decidido o futuro da colega Rosa Ivania , disse.

SUPLENTE ASSUME O CARGO

Com a cassação do mandato de vereadora, Rosinha Guerreira perde os direitos políticos e deixa de integrar o quadro de servidores da Câmara Municipal de Linhares. Em seu lugar, fica a suplente Pâmela Gonçalves Maia (PSDC), que já ocupa a cadeira de vereadora desde o último afastamento de Rosinha em maio deste ano. Pâmela agora é considerada titular da vaga e fica de forma definitiva no cargo.

PROCURADORIA EXPLICA JULGAMENTO

O advogado da procuradoria geral da Câmara Municipal de Linhares, Marco Pessoa, explicou que na Casa, o julgamento não cabe recurso. "No âmbito da Câmara Municipal, não! O processo chegou ao fim, esse ciclo se encerra. O que pode é a vereadora buscar, via poder judiciário, a reanálise do processo. Se ela entender que houve alguma espécie de ilegalidade praticada no decorrer do processo, esse processo pode ser analisado pelo poder judiciário, isso depende dela tomar essa iniciativa. Aqui na Câmara o processo está encerrado e foi decretado a cassação

dela", ressaltou.

Em entrevista à reportagem, o presidente da Câmara de Linhares, vereador Ricardo Bonomo (SD), comentou o resultado da sessão. "O resultado, como alguns vereadores falaram, é de partir o coração. Por se tratar de uma colega vereadora, de um ato isolado, mas é o que a população queria. Você andava na rua e você é cobrado por isso, eu acho que chegou ao final do processo e eu acredito que a Câmara sai resgatando algo que perdeu lá atrás. Resgatando a sua vida, resgatando a sua moral e a sua ética", ponderou.

ENTENDA O CASO

A vereadora Rosinha Guerreira foi presa preventivamente no dia 26 de fevereiro de 2018, acusada de prática de "rachid", que é quando um político com mandato exige para si parte do pagamento de servidores como condição para a obtenção ou manutenção do trabalho. O mandado de prisão da parlamentar foi cumprido durante a operação "Salário Amigo", deflagrada pelo **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES). Rosinha ficou presa por 5 dias e foi solta após decisão da Justiça.

Em um vídeo, a vereadora Rosinha Guerreira admitiu que praticava rachid e contou aos promotores do **Ministério Público** que ficava com parte dos salários dos próprios servidores e que o objetivo era ajudar pessoas pobres. O processo que apura as irregularidades na esfera judicial vai continuar tramitando na 3ª **Vara Criminal** de Linhares.

PORTAL SBN | COM INFORMAÇÕES GAZETA ONLINE

Site: <https://portalsbn.com.br/noticia/vereadora-de-linhares-acusada-de-rachid-tem-o-mandato-cassado>

Estado conta agora com delegacia para investigar tráfico e venda ilegal de armas

Fotos: HALL FERRASCOM

Secom ES

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), inaugurou na manhã de ontem (08), a Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (Desarme). O evento teve a participação do governador Renato Casagrande, na sede da nova unidade, localizada na Avenida Fernando Ferrari, na área anexa ao antigo Aeroporto de Vitória, em Goiabeiras.

A reforma do imóvel cedido pela Infraero durou 60 dias. O local, de 512 metros quadrados, tem dois pavimentos, sendo o térreo composto por oito salas, além da recepção, cozinha e banheiros (masculino, feminino e acessível), e o segundo pavimento composto por oito salas, banheiros (masculino, feminino e acessível) e shaft.

Além do governador, a solenidade teve a participação dos secretários da Segurança Pública e Defesa Social, Roberto Sá, idealizador da unidade; de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc; o delegado-geral da Polícia Civil, José Darcy Arruda; e de diversas autoridades das forças de segurança do Estado e de outros órgãos, como a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Tribunal de Justiça, Ministério Público e Assembleia Legislativa.

O governador Casagrande destacou que o Espírito Santo tem uma média alta de apreensão de armas de fogo pelas forças policiais e a Desarme chega para agregar a esse trabalho, qualificando os criminosos que estão fornecendo esses armamentos para outros bandidos.

"A Desarme vai identificar como a logística da arma e munição funciona.



O evento teve a participação do governador Renato Casagrande, na sede da nova unidade, localizada na Avenida Fernando Ferrari, em Goiabeiras

De onde ela vem, as pessoas que lideram esse movimento criminoso, para onde ela está sendo destinada. Hoje apreendemos em torno de quatro mil armas anualmente, mas o sentimento é de que enxugamos gelo. Temos a necessidade de um trabalho de inteligência entre as Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal. Estamos designando delegados, policiais e investigadores para que se concentrem na identificação para que se tenha uma radiografia dessa entrada de armas no Espírito Santo", afirmou.

O secretário Roberto Sá ressaltou que a ideia é traçar o caminho das armas e qualificar as prisões, inclusive, com o foco para produtores de armas caseiras, que registraram aumento nas apreensões. "De janeiro a julho a gente teve 1.945 armas de fogo apreendidas no Estado. São 10% a mais que o ano passado. Então eu vi a necessidade de destinar uma equipe qualificada e focada somente em descobrir o caminho que esse armamento faz até chegar à mão dos bandidos. Hoje temos notado um aumento nas apreensões de armas caseiras e quem está fabricando vai ser preso. É uma missão inicial que darei à equipe da Desarme", ressaltou.

A inauguração da De-

sarme é também uma das ações do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, que tem foco na redução de crimes letais. O programa implantado em 2011 vem contribuindo para a queda nos índices de violências no Espírito Santo. Nos sete primeiros meses deste ano, houve queda de 19,6% nos casos de homicídios dolosos, em relação ao mesmo período do ano passado.

De acordo com o secretário Álvaro Duboc, que é o secretário-executivo do Programa Estado Presente, as estatísticas apontam que 78% dos crimes que ocorrem no Estado ainda são praticados com uso de armas de fogo. Por conta disso, a unidade faz parte da estratégia da política de Segurança Pública do Governo do Estado, que aplica o conceito de ações transversais com a articulação entre Secretarias e órgãos do Estado.

Por meio do Observatório de Segurança Cidadã, desenvolvido pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) em parceria com a Sesp, e que subsidia ações estratégicas de controle e prevenção à criminalidade e à violência no Estado, o Governo vai aprofundar o conhecimento sobre o fluxo ilegal de armas e munições.

Ainda durante a inauguração, o delegado-geral

da Polícia Civil, José Darcy Arruda, disse que a Desarme pretende estudar cientificamente o comércio ilegal de armas. "Essa delegacia nasceu do sonho do nosso secretário da Segurança Pública, que não mediu esforços para que pudéssemos inaugurar a Desarme, que fará uma interação com as nossas delegacias especializadas da Polícia Civil e a interação com nossos parceiros da PRF, PF, PM e as Guardas Municipais", explicou.

Arruda afirmou ainda que espera dar em breve um resultado positivo: "O delegado Christian Waichert vai assumir essa missão e esperamos entregar em breve à sociedade capixaba uma resposta, intervindo nesse processo que é o tráfico ilegal de armas, para que a gente possa ter dias melhores em busca da paz social".

Divisão

Além da Desarme, o prédio também passa a abrigar outras unidades da Polícia Civil, como a Divisão de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (Diccor), a Delegacia de Repressão às Ações de Criminalidade Organizada (Draco), a Divisão de Inteligência (DI) e a Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). A ideia do secretário Roberto Sá é montar uma grande estrutura de combate à corrupção e organizações criminosas.

"Temos que saber quem está fornecendo o instrumento que os criminosos mais utilizam para cometer assassinatos em nosso Estado. Essa pessoa não pode ficar impune. Esperamos com a Desarme conseguir identificar esses bandidos e colocá-los na cadeia", pontuou.



Por unanimidade, TSE rejeita recursos de Piassi e seu vice e determina novas eleições em Castelo

WANDERSON AMORIM
DE CASTELO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por unanimidade rejeitou, no final da manhã de ontem, recursos da chapa que elegeu Luiz Carlos Piassi (MDB) a prefeito e Pedro da Caixa (PSDB) como vice, nas eleições de 2016. Com a decisão, Castelo terá novas eleições.

O processo N°0000499-85.2016.6.08.0003 contra Piassi foi protocolado na Justiça Eleitoral no dia 23 de dezembro de 2016 por Júlio César Casagrande (PSB), o “Cesinha Casagrande”, candi-

dato a prefeito derrotado nas eleições daquele ano.

No recurso contra expedição do diploma, Cesinha sustentou que Piassi não poderia ter disputado as eleições. O atual prefeito de Castelo conseguiu em 22 de março de 2016, em decisão monocrática, uma liminar que permitiu que ele disputasse as eleições, já que havia perdido os direitos políticos por condenação em um processo de improbidade administrativa. Ele teve deferido o seu registro de candidatura, mas no dia 28 de agosto de 2016, antes das eleições, o Tribunal de Justiça (TJES)

derrubou a liminar, mas a decisão só foi publicada um dia depois dele ter sido eleito prefeito.

A chapa de Piassi foi cassada em primeira instância e segunda instância. No TSE, a defesa de Piassi entrou com recursos especiais. O ministro relator Luís Roberto Barroso deu parecer para rejeitar os recursos e determinar imediatamente novas eleições em Castelo, assim que a decisão for publicada no Diário Oficial, independente do processo ainda não ter sido transitado em julgado.

O colegiado, por unanimidade, acatou o parecer e votou pela rejeição



• DIVULGAÇÃO

dos recursos. Ainda não há previsão de eleições suplementares na cidade de Castelo que deverá ser administrada temporariamente pelo presidente da

Câmara Municipal, Domingos Fracaroli (PSDB).

Por telefone, o prefeito Piassi disse que aguarda um posicionamento de sua defesa em Brasília, para saber

se cabe embargos na decisão proferida pelo TSE e disse que está “tranquilo em relação ao processo e que por enquanto não vai se manifestar sobre o assunto”.

Operação prende duas pessoas por suspeitas de fraude no Detran

A Operação Replicante do **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES) cumpriu mais dois mandados de prisão temporária e de busca e apreensão, nesta segunda-feira (12), em Marataízes e Itapemirim. A apuração aponta para fraudes em registros de veículos junto ao Detran.

Segundo o MPES, foram presos um servidor do Detran e uma pessoa que seria a intermediária do esquema. As ações são realizadas por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em conjunto com o Núcleo de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF-ES).

A primeira fase da operação foi deflagrada no dia 01 de agosto, com a prisão de 10 pessoas e os mandados, cumpridos nesta segunda-feira (12), foram expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha, em continuidade às investigações. O MPES informou que as investigações seguem sob sigilo, e que está analisando o material apreendido e ouvindo os detidos.

O objetivo da apuração é apurar a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo com dados e documentos falsos no sistema do Detran-ES. Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões .

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/08/operacao-prende-duas-pessoas-por-suspeitas-de-fraude-no-detran-1014193763.html>

Operação replicante: mais um servidor do Detran-ES é preso por suspeita de fraude em veículos

Foto: Divulgação MPES

Dois mandados de prisão temporária foram cumpridos, nesta segunda-feira (12), nos municípios de Marataízes e Itapemirim, em um desdobramento da Operação Replicante, que investiga uma organização criminosa especializada em fraudar registros de veículos, com uso de dados e documentos falsos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-ES).

De acordo com informações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central), do **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), um dos detidos é servidor do órgão. A outra pessoa que foi presa seria uma intermediária do esquema criminoso. Além dos mandados de prisão, foram expedidos mandados de busca e apreensão pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha.

A operação foi deflagrada no dia 1º de agosto. Desde então, mais de 10 mandados de prisão foram expedidos contra quatro de servidores do Detran-ES. Segundo o MPES, a fraude é estimada em mais de R\$ 100 milhões. São investigados os registros de 895 veículos no Espírito Santo.

Dois mandados de prisão temporária foram cumpridos, nesta segunda-feira (12), nos municípios de Marataízes e Itapemirim, em um desdobramento da Operação Replicante, que investiga uma organização criminosa especializada em fraudar registros de veículos, com uso de dados e documentos falsos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-ES).

De acordo com informações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central), do **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), um dos detidos é servidor do órgão. A outra pessoa que foi presa seria uma intermediária do esquema criminoso. Além dos mandados de prisão, foram expedidos mandados de busca e apreensão pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha.

A operação foi deflagrada no dia 1º de agosto. Desde então, mais de 10 mandados de prisão foram expedidos contra quatro de servidores do Detran-ES. Segundo o MPES, a fraude é estimada em mais de R\$

100 milhões. São investigados os registros de 895 veículos no Espírito Santo.

Notícias Relacionadas:

FOLHA VITÓRIA - ES

Operação replicante: mais um servidor do Detran-ES é preso por suspeita de fraude em veículos

Site: <http://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/operacao-replicante-mais-um-servidor-do-detran-es-e-preso-por-suspeita-de-fraude-em-veiculos-12082019>

Irmão da deputada Norma Ayub é preso em operação contra fraude superior a R\$100 milhões

Por Redação

O chefe da Ciretran de Marataízes-ES, Itamar Ayub Alves, foi preso na manhã desta segunda, 12, pela Polícia Militar na sequência da Operação Replicante, desencadeada há duas semanas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central), do **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES) e pelo Núcleo de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF-ES).

Itamar é irmão da deputada federal Norma Ayub (DEM). Também foi preso um ex-servidor público em cargo comissionado do Detran, identificado como Fabrício Alves Sales.

A prisão dos dois é temporária. A PM, a Polícia Rodoviária Federal e o MPES cumpriram ainda mandados de busca e apreensão em Marataízes e Itapemirim. Os mandados foram expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha, em continuidade às investigações da "Operação Replicante", deflagrada no dia 1º de agosto deste ano, quando houve a prisão de 10 pessoas.

Operação Replicante

A operação apura a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no sistema do Detran-ES.

Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de inúmeras pessoas (mais de 400 proprietários "laranjas"), com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran-ES.

Itamar Ayub é servidor efetivo do Detran capixaba.

Fonte: Blog do Elimar Cortes

Site: <https://www.folhadoes.com/noticia/policia-espirito-santo/54305/irmao-deputada-norma-ayub-pres-operacao-contrafraude-superior-r-100-milhoes>

Mais um servidor do Detran é preso em operação do MP, no ES

Por G1 ES

Mais um servidor do Departamento de Trânsito do Espírito Santo (Detran-ES) foi preso durante a Operação Replicante, do **Ministério Público** Estadual (MPES) nesta segunda-feira (12). Na ocasião, uma pessoa que seria intermediária de um esquema milionário também foi detida.

De acordo com o MP, dois mandados de prisão temporária e de busca e apreensão foram cumpridos nesta manhã em Marataízes e em Itapemirim.

O MP-ES informou que os mandados foram expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha em continuidade às investigações da operação, que foi deflagrada no dia 1º de agosto, quando houve a prisão de 10 pessoas.

A operação apura a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no sistema do Detran-ES. Estão sob investigação 895 registros de veículos - uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de mais de 400 proprietários "laranjas", com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran-ES.

Para o **Ministério Público**, os criminosos cometiam a fraude para:

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/08/12/mais-um-servidor-do-detran-e-presos-em-operacao-do-mp-no-es.ghtml>

Prisões em Marataízes e Itapemirim por fraude no Detran-ES

Por Redação

O **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), em conjunto com o Núcleo de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF-ES), com apoio da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (Assessoria Militar ao MPES - Núcleo de Inteligência), cumpriu nesta segunda, 12, mais dois mandados de prisão temporária e de busca e apreensão, em Marataízes e Itapemirim.

Os mandados foram expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha, em continuidade às investigações da "Operação Replicante", deflagrada no dia 01/08, quando houve a prisão de 10 pessoas.

Foram presos hoje um servidor do Detran-ES e uma pessoa que seria a intermediária do esquema.

As investigações seguem sob sigilo, com análise do material apreendido e oitiva dos envolvidos pelos integrantes do Gaeco.

A ação

A operação apura a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no sistema do Detran-ES.

Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de inúmeras pessoas (mais de 400 proprietários "laranjas"), com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran-ES.

Fonte: **Ministério Público** do ES

Site:

<https://www.folhadoes.com/noticia/judiciario/54300/priso-es-marataizes-itapemirim-fraude-no-detran-es>

Fraudes no Detran/ES: Gaeco cumpre mandados de prisão em Marataízes e Itapemirim (Espírito Santo)

O **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central) cumpriu nesta segunda-feira (12) mais dois mandados de prisão temporária e de busca e apreensão em Marataízes e Itapemirim.

Esta é a segunda fase da "Operação Replicante" apura fraudes em registros de veículos do Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no Detran/ES.

Os mandados foram expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha, em continuidade às investigações deflagradas no dia 1, deste mês, quando houve a prisão de dez pessoas. A ação teve apoio do Núcleo de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF-ES) e da Polícia Militar do Estado.

Foram presos hoje um servidor do Detran-ES e uma pessoa que seria a intermediária do esquema. As investigações seguem sob sigilo, com análise do material apreendido e oitiva dos envolvidos pelos integrantes do Gaeco.

A operação apura a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no sistema do Detran/ES. Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de inúmeras pessoas (mais de 400 proprietários "laranjas"), com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran-ES.

Site: <https://www.aquinoicias.com/2019/08/fraudes-no-detran-es-gaeco-cumpre-mandados-de-prisao-em-marataizes-e-itapemirim/>

Servidor do Detran-ES e ex-funcionário presos por fraude milionária

Redação Tribuna Online, com informações de assessoria de imprensa

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Foram presos nesta segunda-feira (12), mais um servidor do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-ES) e um ex-funcionário do órgão por suspeita de integrarem um esquema milionário de fraude. A reportagem do Tribuna Online apurou que os presos se chamam Itamar Ayub e Fabrício Alves Sales.

As prisões acontecem em mais uma etapa da "Operação Replicante", do **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central), em conjunto com o Núcleo de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF-ES), com apoio da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (Assessoria Militar ao MPES - Núcleo de Inteligência).

Itamar é servidor do Detran-ES enquanto que Fabrício é ex-funcionário do órgão e atuava no esquema como um intermediário. Eles foram presos por conta de mandado de prisão temporária expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha. Também foram cumpridos mandados de busca e apreensão, em Marataízes e Itapemirim.

A operação foi deflagrada no último dia 1º e resultou na prisão de 10 pessoas já naquela data. Entre os presos estão despachantes e servidores do Detran-

ES, que fraudava registros de veículos no Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no sistema do Detran-ES. Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de inúmeras pessoas - mais de 400 proprietários "laranjas", com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran-ES.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/servidor-do-detran-es-e-ex-funcionario-presos-por-fraude-milionaria>

Operação em Marataízes e Itapemirim, nesta segunda, prende servidor do Detran e mais uma pessoa (Cidades)

A operação apura a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo

Por | 12.08.2019

Na manhã desta segunda-feira (12) foram cumpridos mais dois mandados de prisão temporária e de busca e apreensão, em Marataízes e Itapemirim. Os mandados foram expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha, em continuidade às investigações da "Operação Replicante", deflagrada no dia 01/08, quando houve a prisão de 10 pessoas.

Foram presos hoje um servidor do Detran-ES e uma pessoa que seria a intermediária do esquema. As investigações seguem sob sigilo, com análise do material apreendido e oitiva dos envolvidos pelos integrantes do Gaeco.

A operação apura a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no sistema do Detran-ES. Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de inúmeras pessoas (mais de 400 proprietários "laranjas"), com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran-ES.

A Operação vem sendo realizada pelo **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central), em conjunto com o Núcleo de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF-ES), com apoio da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (Assessoria Militar ao MPES - Núcleo de Inteligência), do Detran-ES e da Receita Federal do Brasil.

Veja aqui as fotos da operação no dia 01/08.

Site:

<http://www.atenasnoticias.com.br/site/conteudo.asp?codigo=64899>

Operação Replicante realiza mandados de prisão temporária (POLICIA)

*JCC, *Redação*

O **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central), em conjunto com o Núcleo de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF-ES), com apoio da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (Assessoria Militar ao MPES - Núcleo de Inteligência), do Detran-ES e da Receita Federal do Brasil, informa que foram cumpridos hoje (12/08) mais dois mandados de prisão temporária e de busca e apreensão, em Marataízes e Itapemirim. Os mandados foram expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha, em continuidade às investigações da "Operação Replicante", deflagrada no dia 01/08, quando houve a prisão de 10 pessoas.

Foram presos hoje um servidor do Detran-ES e uma pessoa que seria a intermediária do esquema. As investigações seguem sob sigilo, com análise do material apreendido e oitiva dos envolvidos pelos integrantes do Gaeco.

A operação apura a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no sistema do Detran-ES. Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de inúmeras pessoas (mais de 400 proprietários "laranjas"), com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran-ES. *Com informações do **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo.

Notícias do ES, do Brasil e do Mundo, acesso gratuito e ilimitado: CCNEWS BRASIL

Site: <http://jornalcorreiocapixaba.com.br/pt-BR/publicacoes/operacao-replicante-realiza-mandados-de-priso-temporaria>

Fraude no Detran - ES tem mais gente presa em operação no Sul (Notícias)

Da Redação Do Jornal A Ilha

O **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central), em conjunto com o Núcleo de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal (PRF-ES), com apoio da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (Assessoria Militar ao MPES - Núcleo de Inteligência), informa que foram cumpridos hoje (12/08) mais dois mandados de prisão temporária e de busca e apreensão, em Marataízes e Itapemirim. Os mandados foram expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha, em continuidade às investigações da "Operação Replicante", deflagrada no dia 01/08, quando houve a prisão de 10 pessoas.

Foram presos hoje um servidor do Detran-ES e uma pessoa que seria a intermediária do esquema. As investigações seguem sob sigilo, com análise do material apreendido e oitiva dos envolvidos pelos integrantes do Gaeco.

A operação apura a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no sistema do Detran-ES. Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de inúmeras pessoas (mais de 400 proprietários "laranjas"), com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran-ES.

Site: <http://jornalilha.com.br/2019/08/12/fraude-no-detran-es-tem-mais-gente-presa-em-operacao-no-sul.html>

Operação Replicante prende servidor do Detran

O **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central), cumpriu mais dois mandados de prisão temporária de busca e apreensão, em Marataízes e Itapemirim nesta segunda-feira (12). Os mandados foram expedidos pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha, em continuidade às investigações da "Operação Replicante", deflagrada último dia 1º, quando houve a prisão de 10 pessoas.

Foram presos hoje um servidor do Detran-ES e uma pessoa que seria a intermediária do esquema. As investigações seguem sob sigilo, com análise do material apreendido e oitiva dos envolvidos pelos integrantes do Gaeco.

A operação apura a existência de uma organização criminosa destinada à prática de fraudes em registros de veículos no Estado do Espírito Santo, mediante inserção de dados e documentos falsos no sistema do Detran-ES. Estão sob investigação 895 registros de veículos, uma fraude estimada em mais de R\$ 100 milhões.

As investigações revelaram provas de fraudes no registro de veículos em nome de inúmeras pessoas (mais de 400 proprietários "laranjas"), com utilização de notas fiscais falsas contendo números de chassis correspondentes a veículos exportados ou comercializados ao Exército Brasileiro, bem como corrupção de servidores públicos do Detran-ES.

Fonte: MPES

Site: <https://www.simnoticias.com.br/operacao-replicante-prende-servidor-do-detran/>

Polícia prende mais um servidor do Detran por suspeita de fraude em veículos (Polícia)

Dois mandados de prisão temporária foram cumpridos, nesta segunda-feira (12), nos municípios de Marataízes e Itapemirim, em um desdobramento da Operação Replicante, que investiga uma organização criminosa especializada em fraudar registros de veículos, com uso de dados e documentos falsos do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-ES).

De acordo com informações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Central), do **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), um dos detidos é servidor do órgão. A outra pessoa que foi presa seria uma intermediária do esquema criminoso. Além dos mandados de prisão, foram expedidos mandados de busca e apreensão pela 3ª **Vara Criminal** de Vila Velha.

A operação foi deflagrada no dia 1º de agosto. Desde então, mais de 10 mandados de prisão foram expedidos contra quatro de servidores do Detran-ES. Segundo o MPES, a fraude é estimada em mais de R\$ 100 milhões. São investigados os registros de 895 veículos no Espírito Santo.

Site: <https://sitebarra.com.br/novo/2019/08/policia-prende-mais-um-servidor-do-detran-por-suspeita-de-fraude-em-veiculos.html>

Uma nova eleição vai acontecer em Castelo

TAG: PREFEITO CASSADO, NOVA ELEIÇÃO, IRREGULARIDADES, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO, LICITAÇÃO, MINISTÉRIO PÚBLICO, COMARCA, PREFEITO CASSADO, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPÍRITO SANTO, VICE PREFEITO CASSADO, TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/12/TVGAZETAAGL>

[OBOES-06.16.07-06.19.12-1565602206.mp4](#)

Grande Vitória amanhece sem ônibus nesta segunda-feira (Greve)

blogpontodeonibus

Greve dos rodoviários fecha terminais e garagens. Trabalhadores protestam contra circulação de ônibus sem cobradores

ALEXANDRE PELEGI

Os municípios da Grande Vitória, no Espírito Santo, amanheceram com garagens e terminais do transporte coletivo fechados nesta segunda-feira, 12 de agosto de 2019.

Em Vila Velha, a garagem da Viação Praia Sol e o Terminal do Ibes estavam com portões fechados desde o início da operação. Em Cariacica, nos terminais Jardim América, Campo Grande e Itacibá a situação se repete, o mesmo acontecendo nos terminais de Jacareípe.

O Sindicato da categoria estaria impedindo a saída dos ônibus do sistema Transcol, que deveriam começar a sair às 03h55.

O Sindirodoviários/ES - Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Espírito Santo anunciou greve de ônibus no dia 9 de agosto por causa da retirada de cobradores do sistema e inclusão de veículos sem o posto do cobrador. Relembre: Sindicato anuncia greve de ônibus do sistema Transcol na Grande Vitória por causa de retirada de cobradores

As informações são da Folha Vitória e da Gazeta de Vitória. Segundo este último, a paralisação em Vitória atingiu as linhas municipais, que não teriam ônibus circulando até o momento.

LIMINAR

O juiz Aldary Nunes Júnior, do plantão do judiciário do TJ-ES - **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** determinou que ao menos 75% dos ônibus do sistema Transcol, da Grande Vitória, deveriam circular nesta segunda-feira, o que não ocorre até o momento. Relembre: Justiça determina frota mínima em caso de greve de ônibus na Grande Vitória contra retirada de cobradores

A ação foi movida pelo Governo do Estado do Espírito

Santo.

Ao jornal A Gazeta de Vitória o presidente do Sindirodoviários, José Carlos Sales Cardoso, afirmou que o sindicato havia sido notificado ontem, domingo à tarde, para "rodar 75% ". Ele concluiu: " Não nos passaram esse quantitativo para a gente definir" .

NOVOS ÔNIBUS COM AR-CONDICIONADO

O governo do Estado anunciou que nesta segunda-feira devem entrar em circulação nas linhas troncais novos ônibus com ar-condicionado sem o posto do cobrador. Só poderão embarcar passageiros com bilhete eletrônico CartãoGV. Entre as linhas que devem contar com estes veículos estão: 591; 523; 503; 508; 501; 504; 516 e 572

Até o final do ano devem ser inseridos na frota 100 ônibus nestas condições. Até 2022, serão 600 veículos. A previsão para esta segunda-feira é de 26 coletivos sem cobradores.

REQUALIFICAÇÃO

A Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (Semobi) informou que a eventual paralisação será uma ação dos dirigentes sindicais e que a população não pode ser prejudicada. A pasta disse ainda que não haverá demissões de cobradores.

Ainda por meio de nota, a Semobi informou que haverá um programa de qualificação de cobradores.

Com a frase, "Sem Cobrador, Não Roda", o Sindirodoviários/ES postou em suas redes sociais na semana passada imagens avisando sobre a greve, e publicou nota sobre o protesto:

"Em assembleia realizada no auditório do Sindirodoviários nesta terça-feira, 06, os trabalhadores autorizaram o sindicato a promover greve em todo o sistema de transporte de passageiros da Grande Vitória, caso não avancem as negociações com o governo do Estado e os postos de trabalho sejam ameaçados de extinção. A assembleia participativa foi convocada pelo sindicato para dar prosseguimento à campanha de defesa dos postos de trabalho dos cobradores." - diz a nota.

Alexandre Pelegi, jornalista especializado em transportes

Site:

<https://diariodotransporte.com.br/2019/08/12/grande-vitoria-amanhece-sem-onibus-nesta-segunda-feira/>

Diretores de sindicato dizem que desconhecem decisão judicial

Dois diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Espírito Santo (Sindirodoviários) afirmaram, ontem à noite, que a entidade não havia sido oficialmente comunicada sobre a decisão judicial que obriga a circulação de 75% da frota hoje, dia que a categoria anunciou uma paralisação.

Com isso, estava mantida a deliberação tomada na semana passada pela categoria, a de cruzar os braços em protesto contra os novos coletivos que não demandarão mais a atividade de cobrador. O governo anunciou na semana passada que 26 ônibus já começam a circular hoje sem os profissionais e com ar-condicionado.

Segundo Zedequias Inácio, diretor do sindicato nenhum dos dirigentes havia sido intimado até ontem à noite. "A greve foi deliberada. Oficialmente, o sindicato não está sabendo (da decisão judicial)", disse.

Por volta das 21h50, a reportagem entrevistou outro diretor do sindicato, Valdecy Dulcilina Laurindo. Ele também disse que não há notificação sobre a decisão da Justiça e que a paralisação está mantida. "No momento, a greve continua. Não chegou nada para nós", afirmou.

Laurindo acrescentou, ainda, que apenas uma outra assembleia da categoria poderá reverter a decisão de cruzar os braços tomada na reunião anterior, realizada na última terça-feira.

Estava marcada para ontem, às 22 horas, uma reunião dos sindicalistas para discutir o movimento. Até as 23h20, ninguém atendeu aos telefones para dar informações sobre possíveis deliberações. O representante do sindicato citado na decisão judicial era o presidente do Sindirodoviários, José Carlos Sales. Ele, no entanto, não atendeu às ligações da reportagem, tampouco retornou as tentativas de contato.

MULTA

Apesar de os sindicalistas negarem a comunicação oficial, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) informou que o Sindirodoviários foi, sim, formalmente avisado sobre a ordem judicial. Em caso de descumprimento, o sindicato terá que pagar R\$ 100 mil de multa diária.

Além de exigir 75% da frota na rua, o juiz Aldary Nunes Junior impede que os rodoviários façam bloqueios de trânsito, impeçam a saída dos veículos das garagens e circulem com as catracas liberadas. Autor da ação judicial, o Estado considera a greve "despropositada", uma vez que há a promessa de não haver demissões.

75% dos ônibus vão ter que circular

ISABELLA ARRUDA

Após o governo do Estado entrar na Justiça ontem, em regime de urgência, foi determinado pelo juiz Aldary Nunes Junior, do Plantão Cível de Vitória, que seja mantida ao menos 75% da

frota de ônibus em circulação durante greve sinalizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários (Sindirodoviários).

Além da circulação mínima, o **Poder Judiciário** também determinou o não bloqueio do trânsito da Região Metropolitana, o não impedimento da saída dos coletivos das garagens e a não realização do movimento conhecido como "catraca livre", sob pena de multa diária no valor de R\$ 100 mil em caso de descumprimento da decisão.

A paralisação foi anunciada na sexta-feira e, de acordo com o sindicato, acontece como forma de mostrar a insatisfação da categoria diante do anúncio do governo de que 26 ônibus sem cobrador - e com ar-condicionado -vão começar a rodar na segunda-feira.

De acordo com a Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (Semobi), a paralisação é "uma ação despropositada por parte de alguns dirigentes sindicais, principalmente em razão da declaração do ente público de que não haverá demissão pela chegada dos novos coletivos".

Na petição inicial do processo, o Estado narrou que a paralisação "geral e abrupta

do sistema público de transporte urbano de passageiros da Grande Vitória (ES), feto que, caso concretizado, certamente causará o caos, com prejuízos para inúmeras atividades, como as escolares, comercial, serviços públicos, etc".

A Ceturb informou que está em tratativas com o movimento visando minimizar os transtornos à população.

Procurados durante todo o sábado, nenhum representante do Sindirodoviários atendeu as ligações da reportagem.

No dia que anunciou a paralisação, o Sindirodoviários reforçou que a greve será por tempo indeterminado, ou até que o governo do Estado e empresários se abstenham da implantação de qualquer medida "que

tenha como resultado a demissão de milhares de trabalhadores".

Justiça nega afastamento do prefeito de Marataízes

O prefeito de Marataízes, Robertino Batista (PDT), o Tininho, continuará no cargo, assim como o secretário de Serviços Urbanos, Ricardo Pepe Reis. A decisão foi proferida pelo juiz Jorge Orrevan Vaccari Filho.

Ambos eram alvo de ação popular movida por supostas irregularidades em contrato firmado com a empresa Limpeza Urbana Serviços Ltda, investigada na Operação Rubi, do **Ministério Público** Estadual. O autor da ação, Antônio Estevão Lucas Magalhães, pedia a anulação de pagamento de qualquer valor à empresa e afastamento dos envolvidos de seus cargos públicos.

Segundo ele, o secretário de Serviços Urbanos havia feito repasses indevidos à empresa de limpeza após término do contrato com o município em novembro do ano passado. A Prefeitura de Marataízes relatou que desconhece os fatos e fundamentos narrados pelo autor da ação popular. Sobre o contrato, a prefeitura declarou:

"Como o contrato regular de prestação de serviços expirou sem que houvesse tempo de tramitar a nova contratação, a empresa permaneceu realizando os serviços sem cobertura contratual, como se vigente estivesse. Inclusive, mantendo os preços que não sofreram repactuação/reequilíbrio financeiro desde 2013".

De acordo com o juiz do caso, não existem indícios de irregularidade na contratação da empresa pelo prefeitura.

Soltura

Também investigado pela Operação Rubi, Cristiano Graça Souto deixou a prisão nesta sexta-feira (9). Apontado como sócio da empresa Limpeza Urbana Ltda, Cristiano era, na verdade, motorista da empresa. Ele teve alvará de soltura expedido no último dia 7.

Cristiano foi o segundo investigado pela operação a deixar a cadeia nas últimas duas semanas. No dia 26 de julho, o contador da empresa Isaías Pacheco do Espírito Santo também foi solto. Ambos colaboram com as investigações do **Ministério Público**.

Fonte: Tribuna

Continua depois da Publicidade:

Site: <https://bananalonline.com.br/justica-nega-afastamento-do-prefeito-de-marataizes/>

OPERAÇÃO RUBI

Kennedy: acusados por esquema de propina são soltos

Eles são ligados à empresa acusada de pagar dinheiro sujo à cúpula da prefeitura

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Duas pessoas presas em maio na Operação Rubi – que apura fraude em contratos em troca de pagamento de propinas a agentes políticos no interior do Estado do Espírito Santo – tiveram decisões judiciais favoráveis. Uma deixou a prisão no final de julho. A outra foi solta ontem.

Contador da empresa Limpeza Urbana, Isaías Pacheco do Espírito Santo deixou o presídio em 26 de julho. Ele é apontado pelo Ministério Público Estadual (MPES) como homem de confiança do dono da empresa e responsável pelo aval a pagamentos ilícitos.

A Limpeza Urbana é comandada por Marcelo Marcondes. A operação foi deflagrada quando ele levava

R\$ 33 mil em espécie à casa onde vivem a prefeita afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (sem partido), e o companheiro dela, o ex-secretário de Desenvolvimento da cidade, José Augusto de Paiva. Marcondes fechou acordo de delação premiada e saiu da cadeia. O casal segue preso.

Cristiano Graça Souto deixou a prisão ontem. É que, em decisão da última quarta (7), o desembargador Fernando Zardini, relator da operação no Tribunal de Justiça, determinou a expedição do alvará de soltura. O acusado apareceu como sócio formal da Limpeza Urbana, embora fosse o motorista da empresa. Cristiano tem colaborado com as investigações do MPES. órgão entendeu que a prisão não é mais necessária por não haver riscos à ordem pública ou à instrução criminal.

Tanto Cristiano quanto Isaías serão monitorados por tornozeleira eletrônica.

| OPERAÇÃO RUBI |

Empresário sacou R\$ 90 mil antes de ir à casa da prefeita de Kennedy

É o que afirmou, em depoimento ao MPES, o sócio laranja alvo das investigações

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vpeira@redgazeta.com.br

Em depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MPES), Cristiano Graça Souto, apontado como laranja de empresa acusada de distribuir propina em Presidente Kennedy, citou saque quase três vezes maior que o descoberto na casa da prefeita afastada, Amanda Quinta (sem partido).

No mesmo dia da deflagração da primeira fase da Operação Rubi, 8 de maio, empresários sacaram, segundo ele, aproximadamente R\$ 90 mil. A quantia é maior que os R\$ 33 mil apreendidos dentro da casa que Amanda divide com o companheiro José Augusto de Paiva. O dinheiro estava dentro de uma mochila levada por Marcelo Marcondes Soares, sócio



Amanda Quinta, prefeita de Presidente Kennedy, foi presa em maio deste ano

verdadeiro da empresa.

Embora Cristiano aparecesse formalmente como sócio da empresa Limpeza Urbana Serviços LTDA, ele era o motorista da firma. No depoimento prestado em 31 de julho, ele disse que acompanhou Marcondes até agência bancária para efetuar o saque do dinheiro. Às vezes, entrava na agência

como chefe. Em outras, não. Além do saque de R\$ 90 mil, ele também disse lembrar da retirada bancária de R\$ 50 mil em outra ocasião.

A GAZETA procurou o MPES para saber se os outros R\$ 57 mil foram distribuídos como propina para outros membros da administração de Kennedy. O órgão confirmou que

um dos depoentes falou em saque de R\$ 90 mil “momentos antes de dirigir-se àquela residência para efetuar o pagamento”, mas que parte das investigações da Rubi permanece sob sigilo.

A apuração do MPES apontou que Marcondes levava propina a José Augusto mensalmente para

conseguir e manter o contrato de limpeza em Presidente Kennedy. No depoimento, Cristiano disse que Marcelo Marcondes ligava para pessoas próximas a José Augusto e perguntava pelo “chefe”, referindo-se ao ex-secretário, citado como líder do esquema.

José Augusto é apontado como responsável pelo rompimento de Amanda Quinta com o tio dela, o ex-prefeito Reginaldo Quinta (DEM). Apesar de ser apenas um integrante da administração, José Augusto é quem de fato exerce a liderança política e administrativa na cidade, como mostram a investigação e relatos dos kennedenses.

OUTRO LADO

A defesa de Marcelo Marcondes preferiu não fazer considerações. A de Amanda e José Augusto não foi localizada. O casal segue preso. Marcondes deixou o presídio após fechar um acordo de colaboração premiada. Cristiano foi solto na última sexta-feira.

RELEMBRE

► Investigação

As investigações foram iniciadas pelo Ministério Público em 2017. A equipe diz ter colhido evidências contundentes de que os agentes políticos e servidores municipais recebiam propina de empresários dos ramos de limpeza pública e transporte coletivo.

► Prisão

Em maio deste ano, a prefeita Amanda Quinta (sem partido), o secretário municipal e companheiro dela, José Augusto Paiva, e o empresário Marcelo Marcondes Soares realizavam uma reunião na casa de Amanda, em que foram entregues R\$ 33 mil de propina, em uma mochila. Eles foram presos em flagrante pela polícia. Marcondes fez delação e foi solto. A prefeita e José Augusto continuam presos.

Justiça determina a soltura de dois envolvidos em esquema de propina em Presidente Kennedy

Por G1 ES

A Justiça determinou a soltura de dois envolvidos no esquema de propina em Presidente Kennedy, descoberto através da Operação Rubi. A informação é da Secretaria Estadual de Justiça (Sejus). Eles são ligados à empresa acusada de dar dinheiro sujo em troca de vantagens.

A prefeita afastada Amanda Quinta e o companheiro dela, o ex-secretário de Desenvolvimento da cidade, continuam presos e são investigados por envolvimento no mesmo esquema.

Apurações da Operação Rubi apontam que os contratos de limpeza urbana e de transporte público feitos no esquema, com evidências de superfaturamento, somam mais de R\$ 150 milhões em quatro municípios do Espírito Santo, no período de 2013 a 2018.

A maior parte desse montante, R\$ 105,7 milhões, é referente a contratos firmados entre quatro empresas investigadas e a Prefeitura de Presidente Kennedy, município onde, inclusive, a prefeita Amanda Quinta foi presa.

As informações são do **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça Judicial e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

A Operação Rubi, deflagrada em 8 de maio, tem como objetivo desarticular uma organização criminosa constituída para lesar os cofres dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma por direcionamento licitatório em favor de empresas contratadas, pagamento de propinas a agentes públicos e superfaturamento de contratos de prestação de serviço público.

As investigações preliminares e as primeiras análises dos documentos e materiais apreendidos durante a operação chamam a atenção dos promotores de Justiça do Gaeco. O gasto total de Presidente Kennedy com transporte coletivo entre 2013 e 2018

chegou a R\$ 89.762.504,83.

O valor nesse período é muito superior ao que foi gasto por municípios maiores que Presidente Kennedy em extensão territorial e em número de habitantes, como Anchieta (R\$ 49.125.310,81), Colatina (R\$ 42.462.245,62) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 26.978.823,38).

A evolução dos gastos de Presidente Kennedy com serviços de transporte na gestão da prefeita afastada, presa em flagrante no dia 8 de maio, durante reunião na casa dela para pagamento de propina, chamou a atenção dos agentes do Gaeco. De 2014 para 2015, os gastos em Presidente Kennedy saltaram de R\$ 9 milhões para R\$ 22 milhões e evoluíram para R\$ 29 milhões em 2016.

As investigações iniciais do Gaeco-MPES, com o apoio do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), identificaram que dentre os municípios que não possuem no território ensino superior público federal, estadual, municipal ou privado (com e sem fins lucrativos), Presidente Kennedy se destaca como o que tem maior gasto com transporte escolar entre 2013 e 2018, com mais de R\$ 23 milhões.

Domingos Martins e Marataízes (segundo e terceiro colocados) gastaram pouco mais de R\$ 17 milhões.

Chama à atenção porque, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Presidente Kennedy conta com 11.742 habitantes, enquanto Domingos Martins e Marataízes possuem 34.757 e 38.670 habitantes, respectivamente.

A empresa de limpeza urbana, alvo da Operação Rubi, recebeu pagamentos de cerca de R\$ 60 milhões dos municípios de Presidente Kennedy, Marataízes e Piúma, de 2015 a 2018.

De acordo com relatório do TCEES, dos 30 municípios com menos de 15 mil habitantes, Presidente Kennedy foi a cidade que mais gastou com limpeza pública e coleta de resíduos sólidos (lixo) entre 2013 e 2017: R\$ 16 milhões.

Presidente Kennedy gastou mais com coleta de resíduos sólidos que Colatina (R\$ 14 milhões), município com população de 123.598 habitantes e território quase três vezes maior. Presidente Kennedy gasta mais com limpeza urbana por habitante que Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica.

As apurações prosseguem com as análises dos materiais apreendidos e interrogatório dos investigados presos. Todos os investigados que foram alvo de busca e apreensão, mas não tiveram pedido de prisão solicitado pelo MPES, também serão ouvidos pelos membros do Gaeco. O caso segue sob sigilo de Justiça.

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/08/10/justica-determina-a-soltura-de-dois-envolvidos-em-esquema-de-propina-em-presidente-kennedy.ghtml>

| IMPACTO DE TOFFOLI |

Tribunal suspende processo de Gratz

Decisão de Toffoli que beneficiou Flávio Bolsonaro repercutiu em caso de ex-deputado

de VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

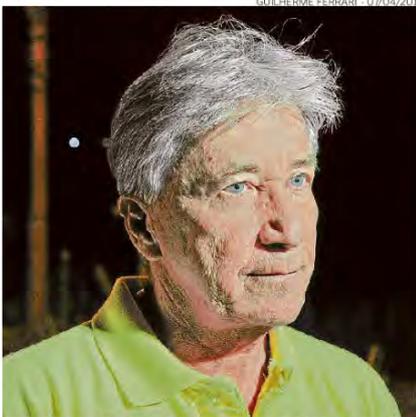
O ministro Nefi Cordeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspendeu, na última sexta-feira, a tramitação de um processo contra o ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz.

A suspensão foi baseada na repercussão geral da decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que, a pedido do senador Flávio Bolsonaro

(PSL-RJ), suspendeu todas as investigações e processos que usam dados fiscais e bancários sem autorização judicial.

“Defiro o pedido para sobrestar o presente recurso, cujos autos deverão permanecer na origem, até a ulterior deliberação da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, mediante a suspensão dos prazos prescricionais”, frisou o ministro Nefi Cordeiro.

O caso em questão diz respeito a processo no qual Gratz foi condenado à prisão, em segunda instância, por desvio de dinheiro. Ele chegou a ser preso, em 2017, mas foi solto em se-



José Carlos Gratz foi presidente da Assembleia

tembro daquele ano, após cerca de seis meses atrás das grades. O habeas corpus foi concedido pelo ministro do STF Gilmar Mendes.

Os fatos investigados neste processo remetem ao ano 2000 e ao repasse de créditos de ICMS de empresas à Fundação Augusto Ruschi. Os recursos tiveram como destino pessoas envolvidas na campanha eleitoral daquele ano.

A investigação usou dados fiscais e bancários obtidos por Receita Federal, Banco Central e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

No caso de Flávio, relatórios do Coaf lançaram sobre

o senador suspeita de se apropriar de salários de ex-servidores no período em que era deputado no Rio.

Advogado de Gratz, Carlos Guilherme Pagiola entende que o mesmo entendimento deve ser aplicado aos processos do chamado “esquema das associações” que tramitam no primeiro grau da Justiça estadual. No início deste mês, o juiz André Guasti, da 5ª Vara Criminal de Vitória, responsável por cerca de 70 ações penais desse esquema, entendeu que a decisão de Toffoli não se aplica.

Alvo de dezenas de processos, Gratz, hoje, está em liberdade condicional.

QUEM SÃO OS CRIMINOSOS



▶ Rodrigo Braga de Jesus



▶ Rafael da Silva Correa



▶ Sebastião Nonato Pessoa



▶ Rafael Constantino Duarte



▶ Matherson Marinho



▶ Maciel Ribeiro Reis



▶ Genecy Araujo Reis



▶ Charles David da Silva



▶ André Carolino da Silva



▶ Adenilson Silva Novaes

| LISTA DA POLÍCIA |

ASSASSINOS DE MULHERES OS DEZ MAIS PROCURADOS

Os homens são acusados de crimes ocorridos entre 2011 e 2019

ISSAC RIBEIRO
iribeiro@redgazeta.com.br

A Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM) divulgou uma lista com os 10 homens mais procurados por matar ou tentar assassinar mulheres na Grande Vitória. Os crimes ocorreram entre 2011 e 2019.

No primeiro semestre deste ano, 42 vítimas foram assassinadas no Espírito Santo. Desse total, 15 são casos de feminicídio, quando a mulher é morta em razão de violência doméstica ou de gênero. Dos crimes que compõem a lista apresentada pela Polícia Civil, dois são de feminicídio; três homicídios; um duplo homicídio; quatro tentativas de feminicídio; e uma tentativa de homicídio.

A titular da DHPM, delegada Raffaella Almeida de Aguiar, explica que quando se trata de feminicídio, há uma relação de afeto entre o autor e a vítima. Já nos casos de homicídio ou tentativa de homicídio, os crimes investigados na DHPM tem relação com o tráfico de drogas ou com vítimas de bala perdida.

“A principal motivação é o ciúme doentio. Os homens investigados acham que a mulher é propriedade deles. Qualquer sentimento de que aquele objeto vai ser tirado deles, fazem qualquer coisa para não perdê-lo, até mesmo tirar uma vida”, revela.

Um desses trágicos exemplos é o da mãe e filha que foram assassinadas a tiros no bairro Jardim Carapina, na Serra, no dia 7 de fevereiro



“A principal motivação é o ciúme doentio. Os investigados acham que a mulher é propriedade deles”

RAFAELLA ALMEIDA
DELEGADA

de 2015. A polícia informou que Genecy Araújo dos Reis, 52 anos, é o principal suspeito de matar, por ciúmes, a namorada Julia Aparecida Martins, 51 anos, e Juliana Martins Neves, 29 anos.

No dia 14 de abril deste ano, Charles David da Silva, 41, tentou matar a mulher de 39 anos, pelo mesmo motivo. A vítima foi esfaqueada na frente do filho ao descer de um veículo de aplicativo ao chegar em casa.

“Ele acreditava que estava sendo traído. Quando a companheira desceu do carro, Charles a agrediu, puxou o cabelo dela e a arrastou até a garagem do imóvel, onde ela foi esfaqueada. Antes de fugir, ele disse que se ela não morresse, voltaria para matá-la”, detalha a delegada.

Quem souber do paradeiro

de algum dos acusados, pode acionar a polícia pelo número do Disque-Denúncia 181 ou pelo site disquedenuncia181.es.gov.br.

MORTE APÓS BRIGA

A jovem Lorryne da Silva Andreatta, de 23 anos, foi assassinada com um tiro na cabeça porque brigou com a namorada do traficante Rodrigo Braga de Jesus, o Jambão, de 21 anos.

Lorryne foi rendida por Jambão, na madrugada do dia 19 de maio, quando estava a caminho de casa na Rua Marcos Adriano Vieira, no bairro Redenção, Grande São Pedro, em Vitória.

“A Lorryne e namorada do Jambão tiveram uma discussão fútil no bar. Quando ela ia embora, foi abordada por ele no meio

da rua. A gente tem ciência de que a Lorryne ainda implorou pela vida falando ‘pelo amor de Deus, não me mate’. Mas ele não teve piedade e deu tiro na cabeça dela e a matou friamente.”

O relato é da delegada Raffaella Aguiar. A responsável pelo caso informou que, além do assassinato da jovem, Jambão já é investigado por envolvimento com o tráfico de drogas na região onde aconteceu o crime.

“Ele não teve misericórdia. Lorryne morreu simplesmente por ter discutido com a namorada de um traficante do bairro. Acreditamos que Jambão teria agido para não ter afetado o seu poder e capacidade de liderança perante companheiros do tráfico” explica a delegada

| LISTA DA POLÍCIA |

Morta a machadadas pelo marido planejava presente

Auxiliar economizava dinheiro para dar moto para pedreiro, que a matou de forma cruel

ISAAC RIBEIRO
 iribeiro@redgazeta.com.br

Antes de ser assassinada a golpes de machado pelo marido, a auxiliar de serviços gerais Noeme Maria de Souza, de 38 anos, guardou o dinheiro referente às suas férias e 13º salário para presentear Sebastião Nonato Pessoa, de 39 anos, com uma motocicleta.

Traída pela crueldade do companheiro, a mulher que convivia com o pedreiro havia seis anos não conseguiu realizar o sonho de agradar o homem que amava. Após matar a mulher com golpes de machado na cabeça, ele fugiu levando a economia de R\$ 2 mil. (Veja a foto de Sebastião na página 3)

“Eles tinham desentendimentos, mas minha mãe gostava dele. Ela era uma mãe e mulher excelente, carinhosa, um amor de pessoa. Todos os vizinhos adoravam ela”, disse a filha mais velha da vítima, a dona de casa Diná de Souza Campos, 20 anos.

Noeme deixou seis filhos, três deles moravam com ela: um menino de 10 anos e duas adolescentes de 15 e 13 anos.

Segundo Diná, foi o irmão quem encontrou a mãe agonizando no chão do quarto dela, com a porta ainda trancada, na manhã seguinte ao crime.

De acordo com a Polícia Civil, na tarde do dia 28 de junho, Sebastião e a mulher foram a um supermercado da região e compraram alguns itens, den-



tre eles, cachaça. À noite, os dois beberam juntos. O menino de 10 e a adolescente de 13 também estavam em casa.

“O Sebastião determinou que as crianças fossem para o quarto e chamou a mulher para o quarto deles alegando que precisava conversar com ela. Ele ligou o som alto, trancou a porta do quarto e agrediu a Noeme com golpes de machado”, detalhou a titular da Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher (DHPM), delegada Raffaella Aguiar.

FUGA

Acreditando que a mulher estava morta, o pedreiro pegou o dinheiro que ela havia guardado em um buraco do colchão, trancou a porta do quarto, escondeu a chave em outro cômodo e fugiu ainda de madrugada. No dia seguinte, o menino de 10 anos bateu à porta da mãe com a intenção de que ela preparasse o seu café, como de costume.



Noeme Maria foi encontrada no quarto após agressão brutal do seu marido

“Ele ouviu um barulho estranho vindo do quarto. Ao olhar pela fresta da porta, viu a mãe agonizando, ensanguentada. Ele gritou desesperado pelas irmãs e por vizinhos”

RAFFAELLA AGUIAR
 DELEGADA

“Ele ouviu um barulho estranho vindo do quarto, como se fosse ruído de um ronco. Ao olhar pela fresta da porta, viu a mãe agonizando, ensanguentada. Ele gritou desesperado pelas irmãs e por vizinhos, que levaram a mãe

dele para um hospital”, disse a delegada.

Noeme morreu depois de ficar quatro dias internada. “Ao que tudo indica, esse crime pode ter sido motivado por ciúme. O autor foi muito cruel e covarde. Além de matar a companheira, ainda subtraiu o dinheiro dela”, enfatizou a delegada.

A filha mais velha da vítima, a dona de casa Diná de Souza Campos, 20 anos, disse que os irmãos de 13 e 10 anos estão com dificuldades de frequentar a escola e precisam de atendimento psicológico.

“Meus irmãos não estão motivados a frequentar a escola porque ainda estão muito sensíveis a tudo que aconteceu. Acredito que precisam urgentemente de atendimento com um psicólogo, mas até hoje

FOTOS: FERNANDO ESTEVÃO/ TV GAZETA

ninguém nos procurou para oferecer esse serviço”, reclama.

Antes de morar com Sebastião, Noeme foi casada três vezes. “Eu espero que ele seja localizado e preso o mais rápido possível para desapertar um pouco dessa dor que corta o coração da gente. Não vai resolver, mas vai amenizar essa tristeza que toma conta”, desabafa a filha.

ATENDIMENTO

A coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) de Campo Grande, Cariacica, Kriégica Vaz Siller de Paula, disse que o serviço pode ser disponibilizado à família da vítima no Creas de Itacibá. O local funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

VIOLÊNCIA

NÚMEROS DO PRIMEIRO SEMESTRE DESTA ANO

ESPÍRITO SANTO

4.490

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

7.738

BOLETINS DE OCORRÊNCIA

715

PRISÕES EM FLAGRANTE

GRANDE VITÓRIA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAM) VITÓRIA

▶ Boletins registrados:

387

▶ Medidas protetivas:

230

DEAM VILA VELHA

▶ Boletins registrados:

759

▶ Medidas protetivas:

642

DEAM SERRA

▶ Boletins registrados:

759

▶ Medidas protetivas:

376

DEAM CARIACICA

▶ Boletins registrados:

679

▶ Medidas protetivas:

255

DEAM GUARAPARI

▶ Boletins registrados:

379

▶ Medidas protetivas:

210

DEAM VIANA

▶ Boletins registrados:

137

▶ Medidas protetivas:

77

PEM - PLANTÃO ESPECIALIZADO DA MULHER

▶ Boletins registrados:

1866

▶ Medidas protetivas:

1220

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp)

Casos de violência contra a mulher dispararam em Colatina

Fora da Grande Vitória, o município de Colatina, região Noroeste do Estado, foi o que registrou o maior número de boletins de ocorrência tendo mulheres como vítimas de violência. De janeiro a julho deste ano, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) da cidade contabilizou 729 casos. No mesmo período, a Justiça concedeu

207 Medidas Protetivas de Urgência e 61 pessoas foram presas em flagrante.

Em julho deste ano, uma briga de casal quase terminou em tragédia. Após uma discussão, o homem agrediu a mulher e ainda ateu fogo na casa onde eles moram, no bairro Columbia. O suspeito fugiu após o crime.

Em Linhares, no Norte do Estado, houve registro

de 588 boletins de ocorrência, 73 prisões em flagrante e a expedição de 275 medidas protetivas. No dia 31 de julho, a professora Suelen Souza Silva, de 33 anos, foi morta a tiros pelo ex-namorado, após descobrir que ele era casado. O assassinato foi no bairro Interlagos.

No Sul, Cachoeiro de Itapemirim aparece como o terceiro município: 452

boletins de ocorrência, 245 medidas protetivas e 110 prisões em flagrante.

Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) apontam que no primeiro semestre de 2019 foram registrados 7.738 boletins de ocorrências de violência contra a mulher no Estado. Ao todo, foram concedidas 4.490 medidas protetivas e 715 pessoas foram pre-

729 BOLETINS

Número de mulheres que prestaram queixa por sofrer violência de janeiro a julho deste ano em Colatina

sas em flagrantes.

As informações foram extraídas a partir dos crimes registrados nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher da Grande Vitória, Plantão Especializado da Mulher (PEM) e em outras sete cidades: Nova Venécia, Venda Nova do Imigrante, Linhares, São Mateus, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz e Itapemirim.

LEONEL XIMENES

ALINE NUNES (INTERINA)

ANUNES@REDEGAZETA.COM.BR | TEL.: 3321-8225

LEIA.AG/LEONELXIMENES

Capacitação para mais de 26 mil professores

Professores do ensino fundamental e médio da rede pública vão passar por uma capacitação inédita que vai orientar a atuação deles em sala de aula. Mais de 26 mil estão na lista do curso.

Novo currículo

As formações começam hoje e serão em ambiente virtual. O foco é o novo currículo, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Sem vacina

Representantes do governo chinês estiveram no Brasil e acabaram com o estoque de vacinas contra a captopora. Fecharam a compra direto com os laboratórios e há clínicas de vacinação no Estado que já começam a sentir os efeitos.

Atenção noturna

A unidade de saúde de Coqueiral de Itaparica, em Vila Velha, terá o horário ampliado a partir de hoje. Antes, das 7 às 17h, agora os pacientes terão consultas com clínico



ESGOTO NO RIO

No município de Colatina, que ainda sofre os impactos da tragédia de Mariana pela contaminação do Rio Doce com rejeitos de minério de ferro, o registro de mais um descaso com o meio ambiente. Esgoto corre em direção ao rio, afetando a água que serve à população. FOTO DO LEITOR

geral, pediatra e ginecologista até as 21 horas.

Médico e dentista

Também têm horário estendido no município as unidades de Terra Verme-

lha, Ibes e Vila Nova, com plantão médico e odontológico, e Prainha, exclusivamente com dentistas.

Malandragem

Leitor da coluna e morador da Praia

de Santa Helena, em Vitória, se queixa que a vegetação que cresce na orla só serve para diminuir a pequena faixa de areia e para esconderijo para "todo tipo de malandragem." O cheiro de maconha é diário.

MINIENTREVISTA

“Violência contra a mulher é sinal de fraqueza”

Após 13 anos da Lei Maria da Penha, celebrados neste mês, avanços foram conquistados no enfrentamento da violência contra a mulher. Mas, o caminho para reduzir os indicadores, ainda é muito longo. Nesta entrevista, Catarina Cecin Gazele, procuradora de Justiça e professora da Ufes na área de gênero, fala dos desafios. (A íntegra você confere na coluna no Gazeta Online)

Como enfrentar a violência contra a mulher?

O enfrentamento se dá por políticas de prevenção. Deve ser feito trabalho conjunto e ordenado pelo Poder Judiciário,

Defensoria, Ministério Público, polícias, governos de Estado e municípios. A capacitação de todos que trabalham diretamente com a violência de gênero precisam de cursos permanentes de capacitação sobre legislações utilizadas. Devem dar ampla publicidade da Lei Maria da Penha, dos locais de busca de ajuda para as mulheres. Precisa-se acreditar que a redução depende de todos nós, inclusive da sociedade através de reeducação dos papéis familiares e sociais dos homens e das mulheres.

A legislação precisa ser aperfeiçoada?



A Lei Maria da Penha não precisa ser aperfeiçoada. O poder público deve cumprir a essência dessa lei, que é o trabalho interdisciplinar, antes e/ou depois da ocorrência de infração penal contra a mulher. Só a prisão para praticantes de crimes não basta. O homem precisa de reeducação sobre a vida sem violência. Ele precisa entender que a

violência é sinal de fraqueza em sua masculinidade, é fruto da ignorância de pensar que a mulher é propriedade ou posse, que é inferior e por isso deve ser subalterna. Toda a família adocece quando ocorre uma violência no lar.

No país, estamos avançando ou retrocedendo na área?

A história das mulheres no Brasil mostra evolução positiva nos direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Elas têm conquistado direitos através, especialmente, de movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento da autonomia feminina. Há uma evolução sobre o enfrentamento e combate dessa violência, porém, ainda é preciso educar, mudar a cultura da suposta superioridade masculina, dar conhecimento às mulheres sobre seus direitos e suas oportunidades de viver sem violência.

13 anos de Maria da Penha: Justiça firma pacto para combater violência contra mulheres

TAG: LEI MARIA DA PENHA, POLÍTICAS PÚBLICAS, COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHERES, GOVERNO FEDERAL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, PODER PÚBLICO, MEDIDAS PROTETIVAS, TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES, MINISTÉRIO PÚBLICO, RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESSOR, FEMINICÍDIOS,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/12/RDIOESPITOSANTOAM1160ES-09.23.17-09.26.52-1565624737.mp3>

Lei Maria da Penha

PAINEL DO LEITOR

As agressões contra as mulheres devem ser sistematicamente combatidas. Ao ler na reportagem "Lei Maria da Penha "pegou", mas ainda falta sensibilizar juízes, afirma **CNJ**" (Cotidiano, 9/8) que o marido não a deixa sair de casa, penso que essa mulher nem devia ter entrado. Há que se construir um entendimento: em um relacionamento não têm que existir agressões verbais e, muito menos, as físicas. Anete Araujo Guedes (Belo Horizonte, MG)

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

"Foi um divisor de águas", afirma delegada de Guarapari sobre a Lei Maria da Penha (Guarapari)

Sara de Oliveira

Na última semana, a lei completou 13 anos de existência. De acordo com a delegada Francini Moresch, entre janeiro e julho de 2019, mais de 500 boletins de ocorrência relacionados à Lei Maria da Penha foram registrados em Guarapari.

Completando 13 anos de existência neste mês, a Lei Maria da Penha tem beneficiado inúmeras mulheres brasileiras. Segundo a delegada Francini Moresch, titular da delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Guarapari, entre janeiro a julho de 2019, 561 boletins de ocorrência relacionados à Lei Maria da Penha foram registrados e 62 prisões realizadas no município. Conversamos com a delegada para entender quais foram os benefícios alcançados com a Lei.

Para a titular, a Lei Maria da Penha gerou um grande avanço no combate à violência doméstica. "Antes, as agressões desse tipo se encaixavam em crimes de menor potencial ofensivo. Então, a mulher até denunciava, mas o homem assinava um termo de compromisso e saía da delegacia pela mesma porta que a companheira", explicou. De acordo com Francini a situação causava uma sensação de impunidade. "A mulher se sentia desestimulada a denunciar as violências que sofria", declarou.

A partir do momento que a lei foi sancionada, uma série de direitos passaram a ser garantidos para as mulheres. Como, por exemplo, a medida protetiva, que proíbe o contato do agressor com a vítima, enfatizou a delegada Francini. "A Lei Maria da Penha é tão importante que foi considerada pela ONU (Organização das Nações Unidas) a 3ª melhor legislação do mundo no combate à violência doméstica", citou.

Porém, a delegada enfatiza que a lei encontra alguns obstáculos. Para a titular, o maior desafio é conseguir fazer com que a vítima rompa o ciclo de violência. "Às vezes, a mulher denuncia, mas quando o agressor é chamado para a averiguação a vítima já está junto com ele de novo. Existem mulheres que possuem quatro boletins de ocorrência contra o mesmo

homem", relatou.

A delegada esclarece que, no momento da denúncia, é preciso fazer o acolhimento completo da vítima. "A mulher chega aqui muito fragilizada. Porque uma coisa é você ser agredida na rua por uma pessoa que você nunca viu, outra coisa é ser esbofetada por alguém que você escolheu viver. É uma violência que dói não só no corpo, mas na alma. Por isso, é preciso fazer todo um acompanhamento psicológico com a vítima", destacou.

Projeto Homem que é homem

Segundo a titular, a Polícia Civil pretende trazer para Guarapari o projeto "Homem que é homem", um grupo reflexivo para homens agressores, que tem o objetivo de promover a conscientização contra a violência doméstica. "Esses homens serão selecionados pela delegacia e participarão de reuniões periódicas com psicólogas e assistentes sociais para tentar resolver a raiz do problema", adiantou.

Lei Maria da Penha

A Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada no Brasil no dia 7 de agosto de 2006, com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A legislação configura como violência doméstica qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que no ano de 1983 foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte do marido.

Site: <https://www.folhaonline.es/foi-um-divisor-de-aguas-afirma-delegada-de-guarapari-sobre-a-lei-maria-da-penha/>

Alteração na Lei Maria da Penha amplia proteção de mulheres com deficiência

A criação da lei Maria da Penha, 13 anos atrás, tornou mais rigorosa a punição para crimes de violência doméstica. Agora, uma alteração na lei acaba de ampliar a proteção de mulheres com deficiência.

Adriana Mello, juíza do Juizado de **Violência Doméstica** do Rio de Janeiro

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/11/TVGLOBONACIO>
NAL-22.36.51-22.46.56-1565576082.mp4**

Rede Protetiva busca melhorar iniciativas para a prevenção ao feminicídio

O trabalho de prevenção à violência grave e ao feminicídio, que promove a interação entre diversos órgãos, foi destacado durante o primeiro dia de atividades da XIII Jornada Maria da Penha, nesta quinta-feira (9/8). O evento, promovido pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, no Superior Tribunal de Justiça.

Na mesma linha, o **Ministério Público** do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) apontou estudos demonstrando que, quando uma mulher é assassinada, ela já havia sofrido outros episódios de agressão, mesmo que eles não tenham sido denunciados. "Trata-se de uma morte anunciada, e se é anunciada, é possível prevenir", afirmou o promotor de Justiça do **Ministério Público** do Distrito Federal e dos Territórios, titular da 2ª Promotoria de Justiça de **Violência Doméstica** contra a Mulher de Brasília, Thiago Pierobom de Ávila.

De acordo com ele, a construção coletiva traz uma perspectiva de articulação do trabalho de Rede Protetiva. Os fatores de risco, dessa forma, devem ser detectados, avaliados e gerenciados. O desafio é fazer uma avaliação de risco que permita evitar as mortes. Para tanto, a integração operacional entre os órgãos se faz necessárias para fortalecer as ações. Pierobom destacou o trabalho do **CNJ**, que acaba de lançar um questionário de avaliação de risco, que permite serem feitas adaptações à realidade local, aproximando a parte técnica dos fatos.

Segundo o conselheiro do **CNJ** Fernando Mattos, que mediou a mesa "A atuação do Sistema de Justiça e segurança pública", o trabalho de nenhuma instituição é mais importante do que de outra. O conselheiro acredita que, com ações conjuntas, é possível buscar um "patamar civilizatório mínimo, combatendo com bastante energia a violência de gênero, a **violência contra a mulher**".

A questão da **violência contra a mulher**, para a juíza Jacqueline Machado, chefe da Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, começa na educação. Ela ressaltou a importância de ensinar as crianças e os adolescentes sobre as questões de gênero e manter a capacitação permanente dos professores e agentes escolares para que possam ensinar e direcionar as crianças nessa questão. De acordo com ela, o objetivo é desconstruir

desigualdades e combater a discriminação de gênero, garantindo um atendimento qualificado e humanizado.

A magistrada defendeu o atendimento apropriado às vítimas, com o uso de escuta adequada, permitindo um registro fiel do depoimento da vítima, um fluxograma institucional que traga clareza sobre onde ela deve ir para ser atendida e a institucionalização do monitoramento das ações, a fim de permitir as correções no fluxo e a qualidade do atendimento. "Não podemos revitimizar a mulher. Se ela não é bem atendida, não se sente acolhida, não volta e não dá continuidade ao processo preventivo", afirmou.

Conversar com a vítima, aliás, foi a medida apresentada pela defensora pública titular da 21ª **Vara Criminal** da Comarca do Rio de Janeiro, Simone Estrellita da Cunha. Para ela, é preciso deixar de tratar a vítima como objeto de provas e tratá-la como sujeito de direito.

A defensora disse que o trabalho em rede existe porque se trata de um problema complexo. "O risco da violência supera o que foi previsto em lei. É preciso ampliar a defesa também nos crimes sexuais, como estupro. Precisamos ampliar o direito à proteção", ressaltou. Ela celebrou o lançamento do questionário de risco do **CNJ**. Para ela, é importante trazer a assistência à vítima para dentro do processo. "O que queremos, afinal, é a liberdade da mulher", garantiu Estrellita.

Lenir Camimura Herculano Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89366-rede-protetiva-busca-melhorar-iniciativas-para-a-prevencao-ao-feminicidio>

DINHEIRO PÚBLICO

Carro oficial dá lugar a transporte por aplicativo

Gov. pretende diminuir frota de 6 mil veículos oficiais e pode chegar a uma economia de até 44% com mobilidade

Brunella França Kleber Amorim

Diminuir a frota de cerca de 6 mil carros oficiais do governo do Estado e substituir, gradativamente, os veículos usados para cobrir atividades administrativas pelo uso de transporte por aplicativo.

O serviço por app, que já é utilizado na Grande Vitória, será expandido para todos os municípios capixabas, por meio de uma licitação que está em andamento na Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Segeer).

“É um caminho necessário de mudança de cultura na administração pública. Com uso do transporte por aplicativo, levaremos mais opções de serviço, quase dobrando o atendimento, com o mesmo custo”, disse a secretária da Segeer, Lenise Loureiro.

Isso porque a economia, de acordo com estudos, pode chegar a 44%. A secretária explicou que cada quilômetro rodado via transporte por aplicativo tem um custo de R\$ 2,50. Na mesma distância, feita por frota própria, o custo sobe para R\$ 4,77. Com carros alugados, o quilômetro fica em R\$ 4,76.

Lenise ressaltou, porém, que há uma parte da frota que não tem como ser substituída, como viaturas policiais, ambulâncias e ônibus escolares. Além disso, num primeiro momento, por questão de segurança, os veículos de representação, usados por governador, vice, secretários e dirigentes de autarquia, serão mantidos.

Quando um carro da frota oficial está para ser descartado, vai a leilão, realizado pela Segeer, ou é doado a prefeituras, por meio de edital.

Entre os demais órgãos públicos estaduais, o Tribunal de Contas também já adotou o transporte por aplicativo para seus servidores.

Na Corte de contas, calcula-se uma economia de 20% por ano com serviços de deslocamento após o uso do transporte por app dentro da Grande Vitória.

A Defensoria Pública e o Ministério Público estão em fase de estudo de viabilidade para o uso de aplicativo. A Assembleia Legislativa cogita realizar um estudo.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) informou que não constata viabilidade no uso de aplicativos. O Tribunal de Justiça respondeu que não utiliza e nem estuda uma possível migração.



LENISE LOUREIRO acredita que uso de aplicativo vai permitir ampliar a prestação de serviço ao cidadão

Economia de 31% em prefeitura

Entre as quatro maiores prefeituras da Região Metropolitana da Grande Vitória, a de Vila Velha já faz uso de aplicativos de mobilidade. A economia apontada, em relação aos gastos com a frota própria, foi de 31%.

Um estudo da Secretaria de Administração mostrou que uma viagem de seis quilômetros pelo aplicativo sai por R\$ 17,44, em média. Se mantiver frota própria, o mesmo trajeto custaria aos cofres públicos R\$ 25,54, contabilizando manutenção, gasolina e pessoal.

Já a contratação de uma coope-



PREFEITURA usa aplicativo

rativa sai por R\$ 19,92. Com a utilização de veículos locados, o gasto seria de R\$ 22,09 para percorrer a mesma distância.

Vila Velha tem hoje aproximadamente 220 veículos, incluindo ambulâncias, viaturas da Guarda Municipal, ônibus escolares, carros administrativos, entre outros.

A Prefeitura de Vitória está em fase de contratação do transporte por app e a Prefeitura da Serra estuda um novo sistema de mobilidade. Já Cariacica informou que não estuda usar aplicativos de transporte.

ENTENDA O CASO

Carros oficiais

Os veículos mantidos e utilizados pelos três níveis da administração pública, federal, estadual e municipal, os chamados carros oficiais, são divididos em três categorias: veículos de representação, veículos de serviços comuns e veículos de serviços especiais.



Veículos de representação

> SÃO OS CARROS utilizados por chefes de poderes. Na União, por exemplo, têm direito ao uso de veículos de representação: o presidente da República, o vice-presidente, os ministros de Estado, os três comandantes das Forças Armadas e também os ex-presidentes da República.

> NO LEGISLATIVO, deputados federais e senadores também se beneficiam do direito ao uso de veículos oficiais.

> NO JUDICIÁRIO, os veículos de representação atendem a juizes e desembargadores federais, membros do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Advocacia Geral da União e da Defensoria Pública da União.

Veículos de serviços comuns

> SÃO OS CARROS próprios ou locados que são utilizados em transporte de material e/ou pessoal a serviço da administração pública.



Veículos de serviços especiais

> SÃO AQUELES que fazem parte de frota mais específicas, como os utilizados na segurança pública, em atividades de inteligência, saúde pública, fiscalização e coleta de dados.

> POR EXEMPLO: viaturas de polícia, viaturas descaracterizadas para investigação da Polícia Civil, ambulâncias, ônibus de transporte escolar, caminhões, entre outros.

Fontes: Decreto N° 9.287/2018 e pesquisa AT.

O GASTO COM A FROTA NOS PODERES

Gov. estadual

5.967 veículos
R\$ 812 mil gasto médio mensal

São 5.580 carros próprios e mais 387 carros locados. Esses números incluem viaturas, ambulâncias, ônibus escolares, caminhões, entre outros. O custo mensal com a frota é de R\$ 812 mil, em média, considerando os gastos com manutenção, seguro, combustível e pessoal.

No Executivo, têm direito a usar veículos de representação: o governador, a vice-governadora, os secretários de Estado e os dirigentes de autarquias.

Defensoria Pública

30 veículos
R\$ 2,6 mil gasto médio mensal

A frota da Defensoria Pública é composta por 30 veículos, com gasto mensal médio de R\$ 2,6 mil.

Os carros são usados a partir de um planejamento diário de rotas. Assim, os veículos oficiais já têm um destino pré-definido e os defensores públicos e os servidores que precisam se locomover dentro dos pontos de atuação da frota, no exercício de suas funções, o fazem de acordo com esse planejamento.

Assembleia Legislativa

34 veículos
R\$ 57.601,88 gasto médio mensal

São 34 veículos, sendo seis administrativos. O valor do contrato administrativo é de R\$ 8.331,60 e os veículos dos parlamentares é de R\$ 57.601,88 mensais.

O carro deve ser usado em missões oficiais de representação parlamentar dos deputados ou seus servidores. A total responsabilidade pelo uso do veículo oficial é de cada um dos deputados estaduais, de acordo com ato da Mesa Diretora.

Tribunal de Contas

16 veículos
R\$ 27.718,95 gasto médio mensal

São 16 veículos operacionais para atividade finalística, como deslocamento de equipes de auditoria e entrega de notificações. Outros oito veículos são usados em representação. São para uso dos conselheiros – sete titulares e três substitutos – e do procurador-geral de Contas.

O gasto médio mensal com a frota da Corte de Contas (combustível, manutenção, lavagem, seguro e DPVAT) é de R\$ 27.718,95.

DINHEIRO PÚBLICO

Maioria defende fim de frota própria, diz pesquisa

Autoridades como presidente da República, governadores, ministros de tribunais superiores da Justiça, deputados e senadores têm, por lei, direito ao uso do chamado veículo de representação, comumente chamado de carro oficial.

O Instituto Paraná Pesquisas, porém, foi às ruas e ouviu 1.565 pessoas sobre o uso de veículos oficiais por autoridades. A maioria, 68,2%, é contra o benefício. Outros 25,6% se manifestaram a favor e 6,2% não responderam ou não souberam opinar.

Homens (70,5%), pessoas na faixa etária entre 45 e 59 anos (70,5%) e quem tem ensino superior (73,9%) foram os que mais se manifestaram contrários ao uso de veículos oficiais.

O levantamento, feito entre os dias 21 a 25 de julho, apresenta um nível de confiança de 95%, para uma margem estimada de erro de aproximadamente 2,5%.

Um levantamento feito pela ONG Contas Abertas mostrou que a administração pública federal, em um ano, tem gastos superiores a R\$ 1 bilhão com carros e outros custos para viabilizar o transporte de servidores e autoridades.

Vice-presidente de compliance



“É preciso assegurar competitividade e isonomia visando à contratação mais vantajosa do aplicativo”

Flávia Marchezini, professora da FDU



CARROS OFICIAIS no TC-ES: deslocamento de equipes e de conselheiros

ce da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, a professora da FDU Flávia Marchezini disse que a aquisição de veículos de frota própria para transporte de servidores e agentes políticos sempre gera despesas adicionais para a administração pública.

Além dos custos com a licitação e a contratação, há ainda a contratação de motoristas, muitas vezes do quadro efetivo, garagem, combustível, multas, processos disciplinares, a alienação desses bens, dentre outros problemas.

Marchezini defende o uso de transporte por aplicativo como forma de redução de gastos e também de emissões da queima de combustível no ar.

“A vantagem dos aplicativos, contudo, vai depender dos termos da contratação, e depende da análise prévia do impacto econômico. Mas, a tendência é que ele seja positivo, justamente por excluir os custos agregados para manter uma frota própria”, analisou.

O secretário-geral da ONG Transparência Capixaba, Rodrigo Rossoni, disse que o que torna caro manter a frota de veículos para a

administração pública é toda a estrutura de gerenciamento e custos que envolvem os veículos.

“O uso de aplicativo acaba sendo mais barato porque só é pago quando há o uso, mas é preciso haver fiscalização”, destacou.

JOSÉ REGUFFE SENADOR

“Brasil gasta R\$ 1,6 bilhão com carro oficial por ano”

O senador José Antônio Reguffe (sem partido-DF) tenta acabar com o uso de carros oficiais para deputados federais, senadores, ministros e quadros de chefia nos órgãos públicos de todas as esferas: federal, estadual e municipal. Apenas o presidente da República, por ser chefe de Estado, teria direito ao veículo de representação.

A TRIBUNA - Por que o senhor é contra o uso de carros oficiais por autoridades?

SENADOR REGUFFE - O Brasil gasta por ano R\$ 1,6 bilhão com carros oficiais. O meu projeto veda o uso de carros oficiais por autori-

dades, acaba com os carros oficiais no Brasil, excetuando o presidente da República. Apenas o chefe de Estado, então, permanece.

> A medida, se aprovada, valeria para estados e municípios também?

Sim, também fica proibido. Apenas passa a ter direito ao carro oficial o presidente da República, como chefe de Estado. Todas as chamadas demais autoridades públicas não terão direito mais a carro oficial.

No meu primeiro dia de mandato, entre as várias coisas que abri mão, como aposentadoria de parlamentar, plano de saúde vitalício dos senadores, verba indenizatória, eu abri mão também do carro oficial. Não adiantaria eu só defender a extinção, também teria que abrir mão e fazer isso.

> Acredita que terá apoio ao seu projeto de lei?

Está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Eu acho que terei apoio sim. Não é fácil, porque muita gente se acostumou com isso. Agora, não é porque é difícil que vou desistir de defender o que acho que é o correto.

Agora, tem mais quatro ou cinco parlamentares que também abriram mão dos carros nesta legislatura. Estou fazendo minha parte. Foi o que me comprometi com o meu eleitor.



REGUFFE: “Abri mão no primeiro dia”

A PESQUISA

Concorda com a extinção do carro oficial para autoridades dos três Poderes?



	CONCORDA	DISCORDA	NÃO SABE/ NÃO OPINOU
GÊNERO			
Mulheres	66,3%	26,5%	7,1%
Homens	70,5%	24,4%	5,1%
FAIXA ETÁRIA			
De 16 a 24 anos	65,5%	26,7%	7,8%
De 25 a 34 anos	68,9%	25,4%	5,7%
De 35 a 44 anos	66,7%	28,8%	4,6%
De 45 a 59 anos	70,5%	22,8%	6,8%
60 anos ou mais	68,7%	24,3%	7%
ESCOLARIDADE			
Ensino Fundamental	66%	25,1%	8,9%
Ensino Médio	65%	28,9%	6%
Ensino Superior	73,9%	21,4%	4,7%

FONTE: PARANÁ PESQUISAS.

ANÁLISE

Luiz Henrique Alocchio, advogado e doutor em Direito



“Interesse público deve ser prioridade”

“O uso de aplicativos em substituição aos carros oficiais guarda uma visão um pouco idílica. O uso de carros oficiais, quando sustentado, deve ser mantido, por questões de segurança relativas à peculiaridade do cargo. Quando não for essa a análise, que prevaleça o fim de privilégios.

Quando há necessidade de fornecer transporte para o exercício de deslocamentos exigidos pelo trabalho, como para um servidor ou mesmo um secretário estadual ou municipal, cuja função seja, essencialmente, transitar entre repartições, aí, sim, ingressa o uso de aplicativos ou locação de frota.

O que dirá o que é mais viável é a análise de custo. E não entendamos apenas por custo o mais barato, mas, sim, o mais eficiente para a função pública. É importante não confundir com comodidade para o agente público.

A discussão sobre veículos oficiais é daquelas que demonstram nosso profundo atraso enquanto República. Pouco importa se o fornecimento de veículo é pela ‘novidade’ dos aplicativos. O que se deve priorizar é se existe interesse público para o serviço, em detrimento do que é interessante para o agente”.

O GASTO COM A FROTA NOS PODERES

Tribunal de Justiça

163 veículos **Gasto não informado**

Ao todo, são 163 veículos, sendo quatro carros de representação, 32 institucionais e ainda 127 veículos de serviço. Os veículos de representação são usados pelo presidente do TJ, pelo vice-presidente e pelo corregedor geral de Justiça. Ainda há um de reserva.

Os veículos oficiais de transporte institucional são de uso exclusivo pelos desembargadores. Se houver disponibilidade, os juízes também podem usar de forma compartilhada.

Os demais são utilizados para transporte de pessoal e materiais, por meio da Central de Agendamento de Veículos do Poder Judiciário. O custo mensal não foi informado.

Tribunal Regional Eleitoral do ES

23 veículos **R\$ 8.456,19** gasto médio mensal

São, ao todo, 23 veículos que compõem a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), sendo que dois deles são utilizados para transporte institucional como veículos de representação.

Os dois carros para uso de autoridades podem ser utilizados pelo presidente, corregedor regional eleitoral, membros da Corte Eleitoral e o diretor-geral do TRE-ES.

O valor mensal varia de acordo com as distâncias percorridas e com as despesas referentes às revisões e manutenções realizadas. No mês de junho, o gasto com os veículos da frota foi de R\$ 8.456,19.

Ministério Público ES

75 veículos **Gasto não informado**

O Ministério Público informou que os gabinetes de procuradores de Justiça, a cada dois procuradores, utilizam veículos de representação.

O procurador-geral de Justiça, os subprocuradores-gerais administrativo, judicial e institucional, o corregedor-geral e o ouvidor do MP-ES utilizam um veículo cada. E há os veículos para uso administrativo. Toda a frota é formada por 75 carros.

Fuentes: Assessorias dos órgãos e pesquisa AT.

Justiça protagoniza homologação de acordos dos planos econômicos

O **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e os Tribunais Estaduais e Federais estão mobilizados para dar efetividade ao acordo dos planos econômicos. Homologado pelo Supremo Tribunal Federal (**STF**), o acerto baseado na conciliação pretende encerrar mais de 30 anos de incerteza no pagamento de expurgos inflacionários referente a perdas com os planos Bresser, Verão e Collor II. A Agência **CNJ** de Notícias inicia hoje uma série de três reportagens sobre o tema.

Firmado por representantes dos poupadores e dos bancos, o acordo estabeleceu as condições para o maior entendimento já firmado por meio da conciliação no âmbito da Justiça brasileira. O pacto engloba aproximadamente 700 mil processos e várias instituições do sistema financeiro, entre as quais as cinco maiores do país: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander.

Na outra ponta estão milhares de correntistas que, à época do ingresso das ações, tinham, em média, 35, 40 e 45 anos, e que hoje estão com mais de 65 anos.

No **CNJ**, a desembargadora e conselheira Daldice Santana, que coordena o Movimento Permanente pela Conciliação, dá a dimensão do tema. "Pelo que representa para a sociedade, esse acordo é emblemático e em termos da força do exemplo, é o maior acordo de conciliação já feito. Um entendimento desses, envolvendo milhares de pessoas e um setor importante, não se constrói da noite para o dia e sem a participação de várias instituições", diz a conselheira.

O acerto firmado entre o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira pelos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com a participação da Advocacia-Geral da União e do Banco Central, trouxe a possibilidade de ter seus termos estendidos para outras ações individuais e coletivas.

O **CNJ**, no âmbito do Programa Resolve, que traça um plano de ação para a política judiciária do tratamento adequado aos conflitos de interesses, vem fomentando e apoiando as medidas que viabilizem aos poupadores, autores de ações judiciais, adesão ao acordo homologado pelo **STF**.

Correção dos valores

Nas questões práticas referente ao ressarcimento por perdas inflacionárias, foi definida a aplicação de fatores de multiplicação sobre o saldo das cadernetas de poupança. Os fatores são 0,04277 para Plano Bresser (1987/valor em Cruzados), 4,09818 para o Plano Verão (1989/valor em Cruzados Novos) e 0,0014 para Plano Collor II (1991/valor em Cruzeiros).

Para saber o valor a receber, deve-se multiplicar o saldo que se tinha à época pelo fator correspondente, sendo que, para quantias acima de R\$ 5 mil, haverá descontos progressivos. De R\$ 5 mil a R\$ 10 mil aplica-se redutor de 8%, de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil incide o redutor de 14% e acima de R\$ 20 mil é usado o redutor de 19%.

Desde o ano passado e ao longo de todo este ano, ocorrem nos centros de conciliação dos tribunais mutirões envolvendo processos dos planos econômicos incidentes sobre as contas de poupança.

Nas centrais de conciliação, o poupador tem acesso a uma proposta de acordo considerando os valores em conta na época dos planos, os fatores citados acima e a eventual incidência dos redutores.

Adesão opcional

A conselheira Daldice Santana lembra que a adesão ao acordo é opcional. Caso o poupador aceite os termos da proposta, o acordo é assinado, os valores são pagos alguns dias após e a ação que tramita na Justiça é automaticamente encerrada. Nas situações em que a pessoa não concorda com os termos propostos, o processo continua tramitando.

Têm a opção de adesão os poupadores ou herdeiros de falecidos com ações individuais ou execuções de sentenças em ação civil pública dentro do prazo prescricional.

Luciana Otoni

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89333-justica-protagoniza-homologacao-de-acordos-dos-planos-economicos>

A responsabilidade das construtoras e incorporadoras pelas construções em condomínios

Thiago Badaró*

As construtoras e incorporadoras são as responsáveis pela qualidade da entrega dos imóveis que constroem, respondendo integralmente por todo e qualquer vício apresentado em suas obras, mesmo que estes problemas apareçam somente anos depois da entrega da edificação.

A incorporadora nada mais é do que a empresa responsável pelo empreendimento, ou seja, a iniciativa da obra acontece por parte do incorporador, que é incumbida pela contratação da construtora e esta, a responsável pela execução da obra.

Havendo algum tipo de defeito na obra como rachaduras, problemas em encanamentos, vazamentos e até mesmo queda de alguma parte (às vezes grande) da estrutura, demonstrando que a construção em si, externa ou internamente, apresenta algum tipo de problema, desde que apurado que o problema não foi causado pelo adquirente do imóvel, as empresas (construtoras e incorporadoras) serão responsabilizadas pelo ressarcimento ou conserto do problema.

O entendimento vem de várias decisões judiciais, inclusive do próprio **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)** que já consolidou seu entendimento sobre a matéria, baseando-se na inteligência trazida pelo art. 31 da Lei de Incorporações Imobiliárias (Lei 4.591/64) que responsabiliza principalmente a incorporadora por toda obra executada.

Tais decisões vêm permitindo que condomínios e demais edificações consigam no Judiciário a reparação pelos danos existentes nas construções e, em alguns casos, a reparação de danos morais ao condomínio, tendo como principal premissa a desvalorização patrimonial causada pelo vício e, inclusive, por eventual relação de consumo constituída entre as partes.

A aplicação do Código de Defesa do Consumidor

Igualmente, as cortes nacionais também acompanham o entendimento da aplicação do Código de Defesa do

Consumidor (Lei 8.078/90) nas ações em que envolvem o condomínio, permitindo que a análise do caso tenha um viés mais protetivo à massa condominial.

Isso ocorre em razão da interpretação extensiva do Código de Defesa do Consumidor que enxerga, segundo esta corrente, o condomínio como o elo fraco da relação de consumo, tendo em vista que o condomínio não é uma empresa que visa ao lucro, mas tão somente a sua manutenção com a arrecadação da taxa condominial.

Esta linha de interpretação também permite que a imputação de responsabilidade pelos vícios na construção do edifício seja reparada solidariamente entre construtora e incorporadora.

Por outro lado, as teses de defesas apresentadas pelas empresas são as que visam a separação de responsabilidade da construtora e incorporadora, bem como as alegações de mau uso ou manutenção errada das áreas do imóvel.

Porém, em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, é possível que seja invertida para a empresa a responsabilidade de provar que o vício não foi causado pela má prestação do seu serviço, tirando o trabalho do condomínio de provar esse problema, haja vista que a contratação de um profissional para avaliação do vício é custosa.

Estas medidas procuram assegurar que aqueles que adquirem imóveis e não possuem conhecimento para avaliar se há algum vício possam ter mais proteção na hora de reivindicar seus DIREITOS na reparação de problemas apresentados nas construções, sendo recomendado sempre a busca de um profissional para avaliar esse tipo de problema.

*Thiago Badaró, advogado especialista em Direito Condominial e Imobiliário e sócio-fundador do escritório Badaró Advocacia Empresarial, sediado em São Paulo e com filial na cidade de Campinas

Site: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-responsabilidade-das-construtoras-e->

incorporadoras-pelas-construcoes-em-condominios/

A materialização de um sonho

Um ano e três meses depois de ter dado entrada no pedido de adoção, os bancários Wilton Antônio de Souza Júnior, 38 anos, e Daniel do Valle Silvestre, 44, completaram a família. Tornaram-se pais de dois meninos, irmãos biológicos, hoje com 6 e 10 anos.

Quando os meninos chamam "pai", Wil e Daniel se viram em direção aos filhos, e o prazer e a naturalidade com que assumiram esse papel são mais uma prova de que "era para ser", como define Wilton. "Ouvir a palavra pai foi a materialização de tudo que sempre sonhamos. Eles dizendo que queriam ser nossos filhos foi um momento incrível", emociona-se, lembrando que os irmãos haviam recusado uma primeira família que queria adotá-los.

O casal conta que o momento em que a ficha da paternidade caiu de fato foi quando começaram a vivenciar os aspectos práticos da vida dos filhos. Na primeira vez em que levou os meninos para o colégio, Wil se sentiu completamente pai. "Meu pai morreu quando eu era jovem, e o momento de levar e buscar na escola sempre foi marcante para mim. Quando levei os meninos, percebi que minha vida tinha mudado para sempre." Daniel confessa que a procura por uma escola tirou seu sono e o fez perceber que, sim, ele era pai. "Foi difícil achar vaga. O ano letivo tinha começado e passei a noite em claro pensando onde eles estudariam. No dia seguinte, mesmo sem documentos, saímos para procurar." O desejo da paternidade sempre fez parte da vida de Wil. Filho único até os 13 anos, ele se sentia sozinho e dizia a si mesmo que teria muitos filhos para um fazer companhia ao outro. Porém, quando se descobriu homossexual, sentiu o sonho se afastar. "A sociedade me dizia que, como gay, não poderia ser pai, e internalizei isso. Levei um tempo para desconstruir esse conceito e me ver novamente como possível pai", conta. Daniel recorda-se que nunca tinha pensado na possibilidade de ter filhos até ouvir o sonho do marido.

Eles estavam juntos havia 11 anos quando ouviram a notícia de que um colega de trabalho, também homossexual, tinha adotado uma criança, e o desejo se reacendeu no coração de Wil. Os dois conversaram, e Daniel disse as palavras mágicas: "Se a gente for ter filhos, acho que está na hora".

Em outubro de 2016, eles entregaram toda a documentação necessária. Quando receberam a ligação, em janeiro de 2017, Wil se emocionou ao sentir que aqueles eram seus filhos. O Dia dos Pais é uma dupla alegria. "Poder ser pai e viver isso na minha

família homoafetiva é uma vitória, é amor, é família e estar junto." Daniel completa: "Não sei de onde vem o desejo de ser pai, mas eu sou incapaz de imaginar minha vida sem meus filhos".

Daniel e Wil têm a guarda definitiva dos filhos, porém aguardam a conclusão da destituição do poder familiar para finalizar a adoção. Como esse processo ainda não foi finalizado, o casal optou por não expor o rosto dos filhos nas fotos.

Preparação Ao entrar para o grupo de apoio à adoção Aconchego, o casal passou por uma preparação para o processo. "Desconstrução é a palavra. Idealizamos muito e, no grupo, aprendemos que nenhum de nós é ideal - nem os pais nem as crianças. Ter crianças reais na nossa cabeça ajudou muito", lembra Wil.

Daniel acrescenta que passar por esse processo foi fundamental na criação de vínculos. "Aprendemos a respeitá-los e a respeitar a história de vida deles antes de se tornarem nossos filhos." O casal ressalta a importância do grupo de apoio. Em um primeiro momento, o casal queria adotar crianças mais velhas, mas, durante a convivência com garotos e garotas em abrigos, entraram em contato com a Vara da Infância e ampliaram ainda mais o perfil de idade. Também não fizeram distinção de raça ou gênero.

De acordo com dados do **Conselho Nacional de Justiça**, 46.175 pretendentes estão inscritos no **Cadastro Nacional de Adoção**. Desse número, 51,32% são indiferentes quanto à raça da criança e 64,94% não possuem exigência quanto ao sexo. Somente no Centro-Oeste, são mais de 3.500 pretendentes habilitados. Já o número de crianças inscritas é de 9.633, sendo 841 delas do Centro-Oeste. Mais de 49% são autodeclaradas pardas e 16,58%, negras - os perfis menos procurados pelos solicitantes que esperam na fila.

Três gerações de história A adoção faz parte da história de Pedro Rogério de Queiroz Almeida, 35 anos. O professor de história foi adotado com apenas um ano e seis meses, porque a mãe não podia engravidar. "Desde sempre, os meus pais foram muito abertos e mantiveram um diálogo sincero. Então, para mim, não foi traumático. Muito pelo contrário." A mesma naturalidade ocorreu com o processo de adoção da filha, Ana Beatriz, hoje com 10 anos. Pedro e a mulher se sensibilizaram com o histórico da menina, filha biológica de uma pessoa próxima da família. "Por ser minha primeira filha, não tinha

experiência com a paternidade. Uma das coisas que sempre me esforcei para ensiná-la foi a não ter preconceitos, não julgar ou fazer qualquer diferenciação entre as pessoas de crenças e aparências diferentes." Para o professor, ser pai é uma grande honra, vocação e chamado. "Busco fazer o melhor, não só o que ela quer, mas aquilo que acredito ser mais saudável. Mesmo com todas as dificuldades, é lindo ver um ser pequenininho se desenvolvendo." Um dos aspectos que diferem a criação de Ana Beatriz é a convivência com a mãe biológica. Desde que assumiu a guarda, Pedro nunca impediu que a filha mantivesse contato com a mãe sempre que solicitado. E assim como os pais estimulavam um diálogo aberto e honesto com ele, o professor cultivava essa cultura em família.

Entre as lições mais marcantes que aprendeu com a filha, uma sobressai. "A forma como a Bia age com naturalidade é um aprendizado muito grande para mim. Mais aprendi do que ensinei. O simples, para ela, já é suficiente. Sentar com a gente e assistir a um filme se torna o programa mais prazeroso do mundo", emociona-se.

Hoje, Pedro e a esposa estão à espera da primeira filha biológica, e Bia está muito ansiosa para a chegada da irmã. Apesar disso, no coração do pai não existe qualquer diferença entre as duas experiências. "Se eu pudesse dar um conselho para homens e mulheres, diria para adotar. Existem crianças abandonadas que só querem uma família, só querem ser amadas. Para essa criança, é a chance de um renascer espiritual, de ser amparada, acolhida." Desafios da adoção Além de um ato de amor, a adoção requer racionalidade. É preciso analisar e identificar quais são as reais motivações. Assim como acontece com os filhos biológicos, uma das partes do casal pode demonstrar vontade de adotar antes de outra. E a etapa de amadurecer emocionalmente para a paternidade faz total diferença para a chegada de uma criança.

Ainda na fase inicial do processo de adoção, é recomendado que os futuros pais frequentem grupos de apoio, que contribuem para tirar dúvidas, além de ser orientado corretamente e conseguir compartilhar a experiência com pessoas que estão passando pelo mesmo momento. "Ambos precisam estar alinhados, e o desejo para criar e amar uma criança deve ser mútuo", orienta Maria da Penha Oliveira da Silva, psicóloga do grupo de apoio Aconchego.

E, por mais que seja difícil, é preciso segurar a ansiedade. Na fase de espera, é normal que pais idealizem não somente o perfil como também a forma como o pequeno pode se comportar. Mas lembre-se: a criança também cria expectativas.

"Existe uma idealização de felicidade da própria criança. Elas esperam que a vida nova não tenha obrigações, regras e afazeres. Os pais têm de estar bem conscientes e seguros, mostrar autoridade e manter um diálogo aberto. É preciso construir a confiança aos pouquinhos", afirma a psicóloga Miriam Pondaag.

Uma das maiores dúvidas dos pais adotivos é sobre o momento "certo" de ser chamado de pai, assim como quando e com que frequência podem dizer eu te amo. A orientação das especialistas é que o afeto deve ser oferecido de maneira gradual e sem pressa. "O amor é uma construção constante e lenta, os pais precisam se lembrar disso. A criança não vai responder na mesma medida, mas, em seu tempo, vão começar a demonstrar carinho", detalha Miriam.

"Reforce para a criança que ela está segura, e você estará lá por ela. No fundo, todo mundo só quer se sentir parte, amado, pertencente. Entender o ritmo e a sincronia ajuda a construir um relacionamento sólido", completa Maria da Penha.

Nos casos de adoção tardia, quando as crianças têm mais memórias de sua história, elas podem querer conversar com os pais sobre o seu passado ou sentimentos. Nesses momentos, busque validar os sentimentos dela e aproveite para mostrar que agora ela está segura e amada.